

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Cintia Oliveira de Almeida

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS LIVROS DIDÁTICOS

A elaboração de um capítulo didático

Rio de Janeiro
2018



Cintia Oliveira de Almeida

O Ensino de História e os livros didáticos:

a elaboração de um capítulo didático

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador (a) Professor (a) Dr. Bruno Marques Silva.

Rio de Janeiro

2018

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A446	<p>Almeida, Cintia Oliveira de</p> <p>O ensino de história e os livros didáticos: A elaboração de um capítulo didático / Cintia Oliveira de Almeida. - Rio de Janeiro, 2017.</p> <p>81 f.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.</p> <p>Orientador: Bruno Marques Silva.</p> <p>1. História – Estudo e ensino. 2. Livro didático. 3. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). 4. Fontes históricas. 5. Ensino Fundamental. I. Silva, Bruno Marques. II. Colégio Pedro II. III Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Cintia Oliveira de Almeida

O Ensino de História e os Livros Didáticos:
a elaboração de um capítulo didático

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em: 16 / 12 / 2017.

Prof. Dr. Bruno Marques Silva – Colégio Pedro II

Prof. Ms. Guido Fabiano – Colégio Pedro II

Prof. Ms. Rômulo Paura – Colégio Pedro II

A Eliane Oliveira, minha inspiração, minha força.

A Paulo Almeida, pelo “sagrado e profano que foi o nosso amor”.

A Victor Hugo, por me fazer feliz até mesmo nos dias mais tristes.

AGRADECIMENTOS

A Eliane Oliveira, minha mãe e inspiração maior. A Paulo Almeida, meu pai, por nunca ter interferido nas minhas escolhas e, pelo seu sorriso, que alegra as minhas lembranças.

E aos dois, pai e mãe, em conjunto, pelo amor incondicional.

A Raphael Oliveira, que me ensina a ser irmã.

A meu avô Walter, por ter incentivado os meus estudos. E à minha avó Terezinha, pelo exemplo de vida, de coragem e de luta.

A Victor Hugo, meu companheiro incrível, pelo olhar mais doce e mais sincero, que me acompanha há tantos anos. Por tudo o que construímos e reinventamos, nessa longa caminhada de amor e de aprendizado.

Agradeço aos meus amigos, por tornarem minha vida mais leve e divertida. Em especial, às minhas companheiras queridas, Ingrid, Letícia, Natália e Suelyn que deixavam meus dias de estudo mais leve. Obrigada pelas risadas, pelas trocas e pelo afeto. Vocês têm um lugar privilegiado no meu coração.

“A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais.”

(Paulo Freire)

RESUMO

ALMEIDA, Cintia Oliveira. **O Ensino de História e os livros didáticos:** a elaboração de um capítulo didático. 2017. (79). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2017.

O manual didático é um recurso essencial da Educação Básica. Mesmo em tempos onde a tecnologia está bastante disseminada, o livro didático ainda se constitui como uma ferramenta de relevância aos estudantes e professores. Embora muitos avanços tenham ocorrido, principalmente a partir dos programas de políticas públicas no âmbito da avaliação do livro didático, como é o caso do PNLD, ainda assim, é notória a ocorrência de problemas de diversas esferas no manual. Deste modo, o trabalho aqui desenvolvido visa apresentar a elaboração de um capítulo didático voltado para o 9º ano do Ensino Fundamental II, cujo tema abordado será o período republicano, de Juscelino Kubitschek à ditadura. Todavia, foram levadas em consideração as análises do Plano Nacional do Livro Didático onde constam os requisitos necessários à formulação dos manuais, e as avaliações dos livros aprovados pelo PNLD, 2017. Ademais, o intuito da elaboração do capítulo didático é dar conta de algumas das brechas encontradas nos manuais didáticos aprovados pelo Programa Nacional.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro Didático. PNLD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Coroação da Miss Brasil Yeda Maria Vargas, 1963.....	28
Figura 2 - A Volkswagen, montadora de carros alemã, chega ao Brasil, no governo do presidente Juscelino, 1959.	28
Figura 3 - Seleção campeã mundial da copa do mundo, 1958. Primeiro título do brasileiro no campeonato mundial.....	28
Figura 4 - Mulheres em passeata contra a censura à cultura na ditadura militar.....	28
Figura 5 - Propaganda do primeiro automóvel Chevrolet brasileiro, no final da década de 1950.	32
Figura 6 - Juscelino ao lado de Heinrich Nordhoff, presidente da Volkswagen mundial.	32
Figura 7 - trabalhadores que migraram para o Centro-Oeste, em sua maioria nordestinos, para construir a cidade de Brasília.	34
Figura 8 - Propaganda de eletrodomésticos Arno, anos 50.	35
Figura 9 - Propaganda da panela de pressão Clock, anos 50.....	35
Figura 10 - A poeta Carolina de Jesus, na favela do Canindé, onde morava. São Paulo, nos anos 50.	37
Figura 11: Propaganda de TVs nos anos 50.	39
Figura 12: -Nem Sansão, nem Dalila. 	40
Figura 13: Abelardo Barbosa, o Chacrinha	41
Figura 14: Silas de Oliveira, músico e compositor, nascido no subúrbio carioca.....	42
Figura 15: Nara Leão, um dos grandes ícones da Bossa Nova.....	42
Figura 16: cena do filme -Vidas Secas 	45
Figura 17: Figura 17: Zezé da Galiléia, cumprimentando o Julião Arruda.....	47
Figura 18: imagem de uma trabalhadora rural, numa lavoura de cana-de-açúcar.....	50
Figura 19: Figura 19: Imagem dos pés de um trabalhador rural, na lavoura.....	50
Figura 20: Imagem de Mulheres levantando o símbolo da campanha política de Jânio Quadros.....	53
Figura 21: Imagem do bairro do Catumbi, 1967.....	57
Figura 22: Imagem do desfile do Bafo da Onça.....	58
Figura 23: Membros do Centro de Trabalhadores de Miami marchando a favor dos direitos humanos.....	61
Figura 24: Cartazes no comício a favor das Reformas de Base, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13/03/1964.....	64
Figura 25: Mulheres na marcha da família com Deus pela liberdade, em São Paulo. 1964.....	65
Figura 26: Manchete do jornal O Globo, 1964.....	66
Figura 27: Tanques de guerra posicionados nas proximidades da residência de Jango, 1964.....	67
Figura 28: -Deus e o Diabo na Terra do Soll.	69
Figura 29: —Terra em Transe. Filme de Glauber Rocha, 1967.....	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E OS LIVROS DIDÁTICOS: UMA QUESTÃO CURRICULAR	11
2.1 A trajetória dos livros didáticos	13
2.2 O Livro didático e os agentes envolvidos na sua trajetória.....	15
3. OS PROCESSOS DE ABORDAGEM DIDÁTICA E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	20
3.1 A consciência Histórica no Ensino de História.....	23
4. AS REFORMAS URBANAS NA DÉCADA DE 1960: UM BREVE RESUMO.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	72
Referências	74

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordará o Ensino de História na educação básica, levando em consideração uma das ferramentas mais importantes no ensino-aprendizagem escolar, o livro didático. Este material utilizado nas salas de aula cumpre papel relevante na formação dos estudantes. Este trabalho, portanto, desenvolverá uma análise do Ensino de História e dos livros didáticos na educação básica, pontuando as questões que envolvem esses dois elementos, levando em consideração as esferas que circundam as etapas de elaboração e de escolha do livro didático até chegar à comunidade escolar.

O objetivo geral é analisar os debates realizados em torno do Ensino de História e do Livro didático no intuito de investigar os problemas e os avanços alcançados. Levando em consideração os Programas Públicos de Educação como o PNLD, que é o Programa Nacional do Livro Didático, o qual consiste na distribuição gratuita de manuais didáticos, escolhidos por meio de análise, para as escolas públicas de todo o Brasil que fazem parte do censo do INEP e que tenham aderido ao programa.

O objetivo específico tratará da apresentação de um capítulo de livro didático, com o intuito de desenvolver o tema das reformas urbanas da década de 1960, dentro do conteúdo que abrange o governo de JK até a ditadura. A elaboração deste capítulo pretenderá inserir alguns personagens e elementos da história que em geral não costumam aparecer nos livros didáticos. As reformas urbanas da década de 1960 também pouco aparecem nos manuais didáticos, posto isto, buscaremos evidenciar os impactos das transformações urbanas na vida dos moradores e moradoras.

O primeiro capítulo abordará questões a respeito do currículo escolar, no tange os processos que envolvem a sua elaboração. Elencando os entraves encontrados na contemporaneidade, com relação às metodologias, aos conteúdos históricos e a referência a estereótipos que reverberam preconceitos de diversos tipos.

O segundo capítulo será destinado a considerações sobre os procedimentos de abordagens dos conteúdos didáticos, e sobre a consciência histórica no ensino de História.

O terceiro capítulo será destinado à contextualização das reformas urbanas, do Rio de Janeiro na década de 1960 no intuito de compreender a conjuntura política, econômica e social que caracterizava o país à época. Deste modo, possibilitando o desenvolvimento didático do tema no capítulo posterior.

O quarto capítulo apresentará a proposta desta pesquisa: a elaboração de um capítulo de manual didático sobre as temáticas do governo de JK até a ditadura, procurando enfatizar a questão das reformas urbanísticas ocorridas na década de 1960 e seus impactos no cenário carioca.

2. O Ensino de História no Brasil e os livros didáticos: uma questão curricular.

Antes de adentrar na discussão a respeito dos livros didáticos é necessária uma compreensão sobre o currículo escolar, sobretudo o de história por ser o foco desta pesquisa. Em um currículo escolar estão inseridas concepções à cerca da organização, da metodologia e dos conteúdos de ensino que serão abordados pelas respectivas disciplinas. No artigo de Roper Pires de Carvalho, intitulado *Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, Saberes e práticas docentes*, o autor concebe a ideia de currículo levando em consideração o seu sentido polissêmico agrupando os diversos elementos que o constituem, desde os documentos produzidos pelas instâncias estatais até o ‘currículo oculto’ –que sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (SILVA, 2010, p. 78 apud CARVALHO, 2010, p. 85.). Neste âmbito, podemos compreender a existência de diversas instâncias que compõem a organização do currículo escolar.

Das diversas instâncias de organização do currículo escolar, o *currículo*, por causa do seu caráter institucional se constitui referência fundamental na construção das práticas escolares. Baliza as intervenções do Estado no âmbito da escola por meio das políticas públicas direcionadas ao controle estrutural do sistema educacional, corporificado nos programas de ensino e nos conteúdos programáticos. Também norteia a produção do material didático que serve de suporte ao trabalho docente entre os quais sobressai o livro didático, instrumento influente de intervenção no cotidiano escolar. (CASSIANO, 2004 apud CARVALHO, 2008, p. 85).

O currículo é fruto de uma construção social, cultural e política. Desta maneira é possível depreender que o currículo não é neutro. Sendo assim, ele será o resultado de perspectivas, visões, interpretações e reinterpretções de um determinado grupo ou instituição.

Quanto ao currículo do ensino de história nos segmentos do ensino fundamental e no ensino médio, as décadas de 1980 a 1990 foram um marco para a produção das propostas curriculares estaduais, municipais e até mesmo no âmbito nacional. Roper Pires, em seu artigo citado anteriormente neste trabalho, compreendeu que as diversas

propostas curriculares que surgiram nessas décadas de 1980 a 1990, no período da redemocratização, possuíam alguns traços comuns. Neste âmbito, pode ser ressaltado o caráter político devido ao interesse de apresentar propostas que contrapusessem à reforma educacional implementada pela lei 5692/71, ocorrida no período da ditadura, que instituiu a substituição das disciplinas de História e Geografia pelo o ensino de Estudos Sociais. Roper menciona o caráter ecumênico destas propostas que é derivado da participação de diversos grupos como docentes da educação básica, pais e mães de alunos e entidades classistas. (CARVALHO, 2012). Vale destacar, que, essas propostas tinham por objetivo projetar a renovação no ensino de História, no intuito de romper com a base conteudista, memorizadora e europeia vigente na época.

Selva Fonseca, em seu artigo *A História na educação básica: conteúdos, abordagens, e metodologias*, discorre a respeito do debate curricular ocorrido no Brasil em 1980 no período de redemocratização e destaca a importância da discussão em torno da proposta curricular da CENP, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, ocorrida em São Paulo, na crítica à organização cronológica, linear, eurocêntrica e factual que compunha a estrutura do currículo no ensino de História. A autora considera que a opção pela perspectiva curricular da história por eixos temáticos representava a resistência ao -império do fatol.

Sobre a relevância dos currículos de história na formação da cidadania, a autora aponta a luta de grupos sociais e étnicos que a partir da década de 1970 começaram a reivindicar as suas demandas. Mulheres, negros, indígenas e outros grupos excluídos e marginalizados se mobilizaram contra o preconceito, o racismo e a exclusão social a qual são relegados pelas camadas dominantes detentoras de poder e privilégios.

Dentro deste âmbito de esforços e reivindicações, houve avanços como a lei federal 10.639, de 2003, – que instituiu a obrigatoriedade da inclusão da -História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos conteúdos das disciplinas de História, Português e Artes, dentro da rede de ensino nacional, e a lei 11.645, de 2008, – que garante a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino brasileira a abordagem da temática referente à -História e a Cultura Afro-brasileira e Indígena. Essas modificações na esfera legislativa são resultado do empenho de diversos movimentos e grupos sociais.

Mesmo com os progressos em termos legislativos, problemas referentes à prática docente são recorrentes. Na formação dos professores é a onde se encontra o maior desafio. Se as leis são recentes, os professores que se formaram antes da implementação

certamente não obtiveram disciplinas na sua formação que tratassem da temática histórica e cultural dos Indígenas e dos Afro-Brasileiros e Africanos. A autora Selva Fonseca (2010) aponta para as dificuldades que os professores e professoras encontram em ministrar tais temáticas. Todavia, as questões que mais contribuem para essas dificuldades, estão na formação desses docentes, que não foram preparados para lidar com esses conteúdos em sala de aula, e com relação aos materiais didáticos, que muitas vezes não são elaborados de forma pertinente ao tratamento dessas temáticas.

A necessidade de ampliação de projetos de formação continuada para suprir lacunas teóricas e metodológicas, além de revisão dos currículos das licenciaturas e o incremento de livros e materiais didáticos no que concerne a essa problemática. (FONSECA, 2010, p. 5).

2.1 A trajetória dos livros didáticos

No período do Estado Novo (1937-1945) o governo brasileiro pela primeira vez criou uma comissão nacional de livros didáticos a qual era incumbida de estabelecer regras para a produção, compra e utilização do livro didático. Nessa conjuntura, a preocupação com a nacionalidade era a prioridade do ministério da Saúde e Educação. Nesse intento, o manual didático possuía uma função ideológica bem forte e definida, principalmente no respaldo e na disseminação dos valores do governo.

No período da ditadura, o Estado investiu na massificação do ensino público. Incentivos fiscais foram concedidos ao setor editorial estimulando investimentos particulares no parque gráfico nacional. Essa situação está inserida nas redes de relações e parcerias entre o governo e as grandes empresas privadas.

Na época da redemocratização, além dos debates organizados a respeito do currículo de história e do livro didático, destacou-se a criação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (1985). Sônia Miranda e Tânia de Luca em *O Livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD* aponta para os problemas referentes à segmentação do MEC, Ministério da Educação, e do FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, responsável pela administração e execução das ações de escolha, compra e distribuição do Programa.

Tais problemas, que remontam à origem do programa em sua versão atual, ainda hoje carecem de equacionamento sistemático e se apresentam como um desafio a ser enfrentado pelos gestores das políticas públicas. (...) Há problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante

à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE (...) bem como fragilidade envolvendo o processo de utilização das obras enviadas. (...). (MIRANDA; LUCA, 2004, p.126.).

No setor de compras do aparato público educacional, o que adquire maior relevância numa coleção didática é a sua potência de venda, tal fato atesta o caráter mercadológico do manual didático. Nessa direção, é patente que as grandes editoras com suas capacidades de investimentos em sofisticados aparatos de produção e distribuição acabam por adquirir certa preeminência nos processos de escolha pelo programa de avaliação.

O emprego de volumosos recursos financeiros, por parte do governo, na aquisição e distribuição de livros didáticos estabeleceu uma dependência dos setores editoriais ao PNL D. Deste modo está relacionada também a forte tendência à monopolização desse setor por algumas empresas que acabam por se fundir uma com as outras, tornando-se assim mais competitivas. (MIRANDA; LUCA, 2004).

O manual didático ao longo do tempo alcançou condição de destaque na comunidade escolar e no sistema educacional. Diversos grupos e sujeitos participam do processo de produção do livro didático o que comprova a complexidade da sua elaboração. Cabe aqui admitir a existência do viés ideológico que envolve o livro didático. Tal caráter está além das visões e perspectivas dos autores devido ao seu ingresso nos meandros do mercado.

Sendo o livro didático um produto de uma sociedade de consumo, este deve ser compreendido como um meio de veiculação ideológica oficial e pedagógica (MATOS, 2012). O compromisso do manual didático de história com os conteúdos históricos se concatena mais aos interesses e agentes do presente do que ao conhecimento de um passado por si próprio. –Como veiculador dos conhecimentos históricos o livro didático de história é responsável, nas palavras de Marc ferro, pela _(...) imagem que fazemos de outros povos e de nós mesmos_ (FERRO,1983. Apud, MATOS, 2012).

As imagens as quais os autores mencionam estão inseridas no processo de construção do imaginário que criamos sobre os outros povos, grupos e sujeitos históricos, essa construção fundamenta a concepção da identidade coletiva e da alteridade. Juliana Matos em seu artigo intitulado *Os livros didáticos como produtos para o Ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNL D* ressalta a necessidade de concebermos o livro didático como um produto propagador de ideologias. Deste modo, ele exerce papel de destaque no ensino de História tendo em vista que se constitui como suporte teórico na construção dos saberes em sala de aula

(MATOS, 2012).

Os manuais didáticos possuem trajetórias diferentes das dos outros livros como, por exemplo, os literários. Isto ocorre devido ao fato de que os livros didáticos estão inseridos dentro das políticas públicas educacionais. Caracterizando o seu aspecto normalizador e de controle social, político e cultural.

Inicialmente a produção desses materiais esteve atrelada a literatura religiosa. Com o advento da industrialização, a produção do livro didático adquiriu a didática técnica profissionalizante; sua última fase que compreende a contemporaneidade é a de vulgarização do conhecimento. Especificamente, no Brasil os livros didáticos se constituíram em dois momentos: o primeiro dispôs de trajetória independente e particular; o segundo momento, dado a partir do século XIX, ficou a cargo das políticas educacionais.

2.2 O Livro didático e os agentes envolvidos na sua trajetória

Na esfera que engloba a produção de um livro didático, diversos agentes estão inseridos nessa conjuntura, influenciando e interferindo direta e indiretamente na produção, circulação, compra vendagem e distribuição do manual didático. São eles os autores, as editoras, o governo e os professores. Cada um desses atores se desloca de acordo com suas orientações metodológicas, ideológicas e políticas. Desta forma, teias de relações são construídas dentro da esfera que compõe o livro didático.

Portanto, as editoras criam um mercado próprio – o mercado editorial – que oferece a cada ano produtos com formas e qualidades diferentes a fim de atrair o seu público alvo. Há neste sentido uma atribuição de valores que é associada ao manual didático por meio de um pacto entre o governo e as editoras. Nesse processo é relevante destacar o papel do Programa Nacional do Livro Didático elaborado pelo governo federal que consiste na avaliação dos manuais didáticos produzidos pelas editoras e na distribuição dos manuais aprovados por toda a rede de ensino público da educação básica, em âmbito nacional. O PNLD avalia os livros didáticos através de uma equipe específica encarregada de analisar cada manual. Após a análise determinam-se quais os livros, e suas respectivas editoras, foram aprovados dentro dos critérios analíticos do programa.

Deste modo, ao que de fato nos interessa neste trabalho é apreender quais os critérios de avaliação do programa qualificam uma determinada obra didática como apta

a ser trabalhada e desenvolvida nas escolas e, em especial, quais os princípios específicos nos livros didáticos de História são levados em consideração pelos critérios avaliativos do programa.

Tomando como base no Guia do PNLD de 2017, referente aos anos finais do ensino fundamental, devido ao foco deste trabalho, verificou que seis quesitos foram destacados pelo Guia como principais aspectos que devem ser considerados primordiais para que um manual didático esteja apto a ser utilizado na educação básica.

São estes quesitos: 1. -o respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental; 2. -a observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; 3. -coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados; 4. -correção e atualização de conceitos, de informações e de procedimentos; 5. -observância das características e das finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada; 6. -adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.

No que refere ao segundo item dos quesitos, -a observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano, cabe aqui complementar que para uma obra não ser excluída é necessário que esta não veicule estereótipos e preconceitos de qualquer natureza, não exerça proselitismo religioso ou político, não contenha publicidade de produtos gratuitamente e de maneira aleatória ao conteúdo abordado e não incite a violência.

Esses elementos apontados, nos dois parágrafos anteriores, são quesitos gerais que se não forem respeitados acarretarão na exclusão das obras didáticas de qualquer uma das disciplinas. Todavia para além desses quesitos gerais existem os tópicos-chaves tocantes ao ensino de História que são determinados pelo Guia como essenciais nos manuais didáticos. Esses elementos-chaves a serem trabalhados nos livros didáticos de História são: -o tratamento escolar das fontes históricas; -a relação entre texto-base e atividades; -o tratamento das questões da temporalidade histórica; -a temática Afro-Brasileira e -a temática Indígena.

Quanto ao primeiro item, referente ao -tratamento escolar das fontes históricas os eixos destacados pelo guia PNLD 2017 enfatizam a importância da -função

ilustrativa e favorecedora do acesso ao conteúdo dos livros por parte do jovem, a abordagem da diversidade de gêneros textuais disponíveis para o trabalho didático, a natureza e a densidade da orientação metodológica ao docente, e o favorecimento da compreensão do procedimento histórico, por meio de orientações metodológicas precisas ao estudante.

No que tange a relação entre texto-base e atividades os eixos destacados tratam do estímulo à habilidade de pensamentos de complexidades variadas, favorecimento do trabalho coletivo em sala de aula, a compreensão do procedimento histórico e a possibilidade de relacionamento entre passado e presente.

No que concerne o tratamento das questões da temporalidade histórica os eixos respectivos são: orientação acerca de operações de datação, o tratamento da simultaneidade histórica, comparação problematizadora entre passado e presente, a construção da noção de duração.

Quanto à temática Afro-Brasileira e a temática Indígena os eixos enfatizados pelo guia seguem sendo os mesmos para ambas temáticas: inscrição informativa e cronológica, densidade na orientação teórico-metodológica para o professor, visibilidade ao protagonismo dos sujeitos ao longo do tempo, promoção da educação para as relações étnico-raciais.

O guia avaliativo do PNLD 2017 também tratou de apontar para a história do ensino de História no Brasil evidenciando as discussões ocorridas no contexto dos anos de 1980 e 1990 no intuito de analisar o andamento das obras didáticas produzidas pelas editoras ao longo desse tempo.

Os debates surgidos entre as décadas de 1980 e 1990 colocaram em cheque o caráter europeu, cronológico e conteudista das obras didáticas de História que circulavam no país. A partir de então algumas produções de livros didáticos começaram a organizar as suas coleções de acordo com o viés da perspectiva temática dos conteúdos históricos.

Tais coleções representaram avanços importantes no sentido de redimensionar o campo do ensino de História, tornando tal conteúdo disciplinar mais aceitável ao diálogo com o tempo presente, com as questões relevantes e pertinentes ao universo de significação dos estudantes e mais ancorada numa proposta metodológica voltada ao favorecimento da dimensão educativa do procedimento histórico, entendido enquanto ferramenta de pensamento no contexto de promover uma educação para o conhecimento. (GUIA PNLD, BRASIL, 2017, p.23).

No PNLD de 2005 e 2008 foi possível verificar certo crescimento na produção

dos manuais didáticos que seguem a perspectiva temática. Todavia, essa abordagem temática ao longo das últimas décadas sofreu processos de retração. Inclusive neste último PNLD 2017 as coleções com este viés foram retiradas do mercado.

A pouca adesão por parte dos professores em relação à abordagem Temática e o favorecimento das abordagens mais tradicionais repercutiu na decisão dos editores em excluir esta perspectiva do mercado editorial. Em 2014 ainda foi possível identificar uma elevação da produção de eixos temáticos, tendo em vista o crescimento de 7%, em 2011, para 20% em 2014. Entretanto, no recente PNLD, como já foi mencionado, tais coleções saíram do mercado.

O Guia do PNLD 2017 demonstrou preocupação com a dificuldade de se ter um desenvolvimento da interdisciplinaridade tendo em vista o desaparecimento das obras de cunho temático. Neste sentido, fica a cargo dos professores e professoras escolher tratar a interdisciplinaridade dentro do currículo escolar, o que não é uma tarefa simples. O trabalho integrador requer o uso de recortes temáticos, porém, o excesso de conteúdo não favorece o tratamento interdisciplinar, cabendo assim, ao corpo docente o desafio de inserir tal proposta dentro de um cenário que não a favorece. Ainda que haja um esforço dos docentes para o diálogo interdisciplinar essa relação, mesmo que seja efetivada na prática, se imprime numa esfera isolada diante da realidade no sentido macro.

A História do tempo presente também sofre com o malogro da perspectiva temática, conforme atesta o guia do PNLD 2017:

A história do tempo presente foi sendo achatada nas obras. Governos brasileiros contemporâneos são apenas citados, de modo exterior a uma atitude interpretativa própria da configuração do campo das Ciências humanas e de seu lugar educativo nas escolas. Por outro lado, a quantidade dos conteúdos vinculados ao tratamento do mundo atual se ampliou, embora tenha se reduzido o olhar em torno das reverberações desse contexto mundial em relação à sociedade brasileira. (GUIA PNLD, BRASIL, 2017, p. 25.).

Segundo o guia do PNLD 2017, as editoras por meio das coleções lançadas no mercado justificam a pertinência dessas obras de abordagem tradicional e conteudista com base no discurso em referência à suposta autonomia dos professores na seleção dos conteúdos, o que em parte é coerente.

Entretanto, recai sobre os ombros dos docentes a ingrata tarefa de selecionar, ao seu modo particular, os conteúdos didáticos que constam nos livros. Outro argumento utilizado pelas editoras, para legitimar o volume de conteúdos é o de que esses condizem com o currículo escolar, pelo fato de que sempre foram ensinados desta

forma. O último ponto recai sobre a formação acadêmica dos professores, na defesa de que a reavaliação dos conteúdos não seria possível haja vista a formação dos docentes terem sido pautadas na linha conteudista.

O objetivo do ensino escolar não é o de formar profissionais historiadores, mas o de oferecer às crianças e aos jovens ferramentas conceituais que permitam aos estudantes se localizarem e se posicionarem diante do mundo, compreendendo sua dinâmica e suas temporalidades. Enfrentar esse desafio pressupõe uma tarefa escolar aberta, na qual a formação docente também se projeta como um desafio permanentemente inconcluso. (GUIA PNLD, BRASIL, 2017, p. 25)

No entanto, o guia menciona que mesmo com as problemáticas apontadas referentes às abordagens dos conteúdos históricos nos livros didáticos foi possível identificar avanços no campo do Ensino de História. Sendo assim, destaca-se a importância do uso das fontes na escrita da história, ressaltando que neste âmbito ocorreram transformações que em longo prazo contribuem para a conciliação entre a história escolar e a história acadêmica.

Todavia, é importante compreender o livro didático não apenas como mero produto comercial. Segundo Matos (2012), os livros didáticos possuem três esferas; a primeira é a de tradução do conhecimento acadêmico para a história ensinada; a segunda esfera é a pedagógica, a qual oferece técnicas e métodos de ensino-aprendizagem aos professores; e por último, a de veículo de um sistema de valores, ideologias e culturas.

O manual didático é produzido sob a lógica cultural política e ideológica de uma determinada sociedade e isso demonstra que todos os agentes envolvidos no processo de produção do livro didático não o controlam por absoluto. Do mesmo modo que o manual resulta na organização de conceitos e conteúdos culturais de uma sociedade, ele também é organizado por ela, -pelo o que é verossimilhante em cada tempo e sociedade (MATOS, 2012, p. 181).

Em vista disso, o guia didático acaba por imputar ao livro didático uma natureza solucionadora de todos os problemas educacionais, como se este material fosse capaz de dar conta de todos os desafios pertinentes à educação básica. Desvalorizando o papel central dos professores e professoras na formação crítica dos estudantes, sem atentar aos limites do manual didático.

Cabe destacar a importância da apropriação dos manuais didáticos pelos professores. Todavia, não é o foco desta pesquisa penetrar neste ponto específico. Entretanto a ideia é abordar em algumas questões pertinentes a este quesito. A

constituição histórica e social dos educadores refletirá direta ou indiretamente na forma a qual este profissional se apropriará dos conteúdos escolares.

Por outro lado, a maneira com as quais os estudantes irão absorver os ensinamentos referentes a cada conteúdo desenvolvido em sala de aula também seguirá as influências de suas constituições históricas e sociais. Os conhecimentos que alunos carregam mediante as suas experiências de vida terão efeito nos processos de ensino-aprendizagem escolar.

Os livros didáticos podem ser compreendidos apenas como um recurso didático ou um suporte para o ensino. Como afirma Batista, este –objeto variável e instável, apresenta inúmeras características que contribuem para fazer dele um artefato cultural desprestigiado: ‘_Livro menor’ dentre os ‘_maiores’, de ‘_autores’ e não de ‘_escritores’, objeto de interesse de ‘_coleccionadores’ mas não de ‘_bibliófilos’, manipulado por ‘_usuários’ mas não por ‘_leitores’, o pressuposto parece ser que o seu desprestígio, por contaminação, desprestigia também aqueles que dele se ocupam, os pesquisadores neles incluídos. (BATISTA, 1999: 529-530 apud GARCIA, 2007, p. 5).

Contudo, mesmo como a possibilidade de desprestígio, os livros didáticos se configuraram como um modelo próprio na cultura escolar, tendo em vista as políticas públicas que envolvem os manuais didáticos. Decerto, os livros didáticos acabam por estabelecer as conjunturas materiais para os processos de ensino e aprendizagem na esfera escolar. Por mais que os manuais didáticos sejam utilizados parcialmente por alguns professores, servindo apenas como material de apoio seja pela inadequação dos conteúdos dos livros com a proposta curricular das escolas ou por não valorizarem os conhecimentos prévios dos estudantes, este recurso acaba por evidenciar conteúdos e metodologias específicas de uma determinada ideologia presente na cultura de uma sociedade. Não obstante, o livro didático é um material de cultura que determina os conteúdos culturais ensinados na comunidade escolar.

3. OS PROCESSOS DE ABORDAGEM DIDÁTICA E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

As autoras Miranda e Luca (2004) traçam uma análise a partir do Guia do PNLD 2005 sobre a História ensinada, e é possível observar três tipos de abordagens que se destacam. A *Procedimental*, viés formativo que se preocupa com a problematização das

fontes priorizando a leitura, a análise e a identificação das informações tendo o olhar voltado à contemporaneidade.

A perspectiva *informativa*, debruçada sobre os acontecimentos do passado, priorizando o carácter factual e informativo. E por fim, a abordagem *global*. Esta articula as duas abordagens anteriores, entretanto, investiga a extensão construtiva dos conhecimentos históricos, enfatizando a compreensão a respeito do carácter contingente da explicação histórica (MIRANDA; LUCA, 2004).

Outro grupo de abordagens alusivo à História ensinada é no tocante a ênfase na cognição e aprendizagem. O primeiro é o paradigma *informativo*, que valoriza a informação e o conteúdo histórico sem necessariamente articular esses conteúdos com a cognição dos alunos. A outra concepção é denominada *cognitivista*, esta abordagem trata genericamente dos saberes prévios que os alunos e alunas carregam, enfatizando a problematização nas relações entre o passado e o presente no intuito de criar diálogos que busquem a compreensão e a construção de conceitos.

No âmbito da História ensinada, as autoras Miranda e Luca (2004) enfatizam o predomínio da perspectiva da História *integrada* nas coleções didáticas analisadas pelo PNLD 2005. Tal abordagem integrada compreende os processos históricos sob o ponto de vista cronológico e eurocêntrico e, desse modo, a História da América Latina é abordada segundo a visão europeia. A metodologia da História integrada ainda imprime uma influência muito grande nas abordagens dos conteúdos históricos que se repercutem nos livros didáticos.

A autora Selva discorre a respeito da avaliação do Guia do PNLD de 2011, sobre os anos finais do Ensino Fundamental, das 19 obras que foram aprovadas cerca de 94% eram de abordagem integrada, contemplando a perspectiva cronológica de visão europeia (SELVA, 2010, p.8).

Por fim, há um último grupo de abordagens, identificado no guia de 2005, que se imbrica na relação entre as coleções didáticas com a historiografia produzida academicamente. Neste âmbito é possível identificar uma linha designada como *tradicional*, a qual é dada a valorização ao carácter meramente informativo sem privilegiar o conhecimento histórico de modo construtivo; a outra denominada como *renovada*, que rompe com a historiografia tradicional e incorpora conteúdos de viés contemporâneo; por último a *eclética*, onde ainda permanece os recortes clássicos dos conteúdos históricos. No entanto, essa perspectiva dialoga com uma renovação historiográfica de carácter tópico. (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 140- 141).

Sendo o livro didático um material difundido nas escolas de todo o país e que se apresenta como um material cultural que orienta e é orientado por uma sociedade, é

necessário compreendermos que ele é orientado a partir das perspectivas de abordagem dos conteúdos ensinados. Desse modo é imprescindível termos o entendimento sobre as diversas expressões que os cercam. Para isso é importante analisar as concepções históricas que cada livro didático irá se apropriar ao desenvolver os conteúdos.

3.1 A consciência Histórica no Ensino de História

O ensino de História é parte significativa na formação cidadã, política e cultural dos estudantes. Neste sentido, é necessária a discussão de problemáticas dentro do campo da história que permitam o desenvolvimento da consciência histórica. Para que isso ocorra é imprescindível o diálogo com a multiplicidade de sujeitos e suas culturas. Neste sentido, o conceito de –consciência histórica de Rüsen contribui bastante para o campo do ensino de História.

A consciência histórica não é definida aqui como conquista particular, mas como aquisição cultural elementar e geral, na qual os sujeitos fazem suas sínteses entre objetivo e subjetivo, empírico e normativo. (...) A consciência histórica está baseada em padrões comunicativos, de acordo com a natureza do tempo experienciado. (...) A consciência histórica produz uma estrutura unificada de pensamento num modo de consciência que é adequado ao relacionamento dos sujeitos com a história. O termo técnico para essa estrutura, segundo Rüsen, é —narrativa. Não toda e qualquer narrativa, mas especificamente a que orienta ou quer orientar elementos e momentos da vida prática. (...) As formas pelas quais as narrativas são usadas (e não apenas feitas) vão demonstrar a incorporação de determinados padrões normativos da consciência histórica, e não se trata de uma narrativa qualquer, mas de narrativas que se refiram a processos reais (e não fictícios), que tenham por objetivo e finalidade o estabelecimento de uma ‘moral da história’, uma conclusão necessária (mesmo que subjacente) que oriente/justifique a ação dos sujeitos, tanto na história narrada quanto na história vivida no presente. Para esses fenômenos constitui-se o conceito de cultura histórica (...). (CERRI, 2011, p. 48 e 49).

A partir de sua própria vivência, origem e experiências, os alunos e alunas são capazes de apreender e compreender os conteúdos e conceitos disciplinares. A educação escolar tende a prosperar, inclusive no que tange a percepção e a valorização da consciência histórica dos estudantes e também de seus professores, quando desenvolve trabalhos que envolvem a História Oral e a História Local conciliadas com a comunidade escolar. –A formação do aluno/cidadão se processa ao longo da vida, nos diversos espaços entre eles e a escola.], garante Fonseca (2010 p. 10).

Uma prática de Ensino de História que se comprometa com a formação de cidadãos e cidadãos críticos, terá que valorizar todo o processo de formação da

consciência histórica dos alunos e alunas que enceta antes mesmo do seu ingresso na escola. Sendo assim, deve-se valorizar também a comunicação aberta e plural entre os diversos grupos e sujeitos.

A defesa de que debates e conhecimentos também são produzidos em outros espaços que não somente no cotidiano escolar não reduz a importância da escola na formação das crianças e adolescentes. Segundo Fonseca, –A escola continua a ser um espaço de enorme importância para a maior parte da população, que não dispõem de biblioteca, laboratórios e computadores em casa (FONSECA, 2010, p. 11). A escola é por excelência o ambiente do debate, do diálogo, da expressão dos diversos saberes, e é, neste ínterim, que a formação cidadã se compreende.

As ideias produzidas pela consciência não se separam da realidade, ou sujeito do objeto. Isto não significa que a realidade objetiva não exista, ou que o conhecimento é o que se bem entender, descambando para um relativismo. Mas que a realidade depende do sujeito que constituiu sentido em sua relação com as aparências. (...). Rüsen vem propor um sentido que parte do sujeito, a partir de sua consciência histórica, e projeta um futuro. (...). A teoria de Rüsen, neste sentido pode colaborar, ao propor a consciência histórica como orientadora e constituidora da identidade humana. (BAROM; CERRI, 2012, p. 1000-1001).

O conceito de –consciência histórica definido por Rüsen é de extrema relevância para estabelecer uma prática educativa que se comprometa com a transformação da realidade do sujeito por meio da educação. Não cabe reproduzir dentro do ensino de História, principalmente, uma mera narrativa de fatos que impossibilita a reflexão crítica dos conteúdos escolares.

Ao longo desta pesquisa buscamos traçar um panorama abrangendo o Ensino de História e os Livros didáticos na educação básica no Brasil. E neste sentido, foi possível constatar que o livro didático constitui uma ferramenta relevante no processo de aprendizagem escolar, tendo em vista a sua presença no cotidiano das salas de aula e as políticas públicas que foram elaboradas em torno do manual. Deste modo, é evidente que se pensamos numa renovação do ensino de História ela deve ser acompanhada pela transformação na abordagem dos conteúdos históricos contidos nos manuais didáticos. No intuito de caminharmos em direção às mudanças, a proposta deste trabalho também consiste na apresentação de um capítulo de livro didático, que tem como objetivo abordar temas e sujeitos históricos que em geral não costumam fazer parte das obras didáticas.

Um dos temas que serão tratados neste capítulo didático refere-se às reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1960, que impactaram a

dinâmica espacial dos bairros da cidade. Entendemos que ao abordar a História Local dentro do ensino de História, poderemos despertar nos estudantes maior aproximação com a história, lidando com aspectos que muitos podem ter vivenciado na sua trajetória de vida. No final do capítulo propomos uma tarefa a ser realizada no bimestre escolar pelos alunos e alunas, estimulando-os à pesquisa histórica e ao olhar reflexivo para mudanças urbanas ocorridas nas cidades, no período republicano, tendo como foco a investigação de bairros que sofreram o impacto das reformas urbanas no período enfatizado.

4. AS REFORMAS URBANAS NA DÉCADA DE 1960: UM BREVE RESUMO

Este capítulo consiste em um breve resumo das reformas urbanas na década de 1960, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. É certo que, este tema será abordado no capítulo didático de forma apropriada ao ensino de História, para o último ano do ensino fundamental II. Todavia, é patente que tracemos aqui, de forma mais aprofundada, os processos históricos que envolvem o contexto dessas reformas.

É inegável a importância da década de 1930 para o entendimento da evolução urbana carioca, e das mudanças ocorridas na sua organização social. A mudança do foco da produção econômica, que antes era direcionada à agroexportação cafeeira para a produção de bens industriais, marca um novo momento econômico, político, social e ideológico no país. A respeito desta época, Sonia Regina de Mendonça coloca que:

Qualquer análise, ainda que breve, das grandes linhas do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, não pode deixar de lado as transformações ocorridas a partir da década de 1930. Foi aí que se produziu uma primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como da redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia. (...) De um modo geral, podemos afirmar que o golpe de outubro de 1930 resultou num deslocamento da tradicional oligarquia paulista do centro do poder, ao mesmo tempo em que os demais setores envolvidos e vitoriosos - as demais oligarquias agrárias não-exportadoras e os segmentos de classe média, civis e militares - não tiveram condições, individualmente, de legitimar o novo Estado, isto significa que em substituição ao velho lema da República, segundo o qual o Café dá pra tudo, nenhuma outra das frações de classe envolvidas na 'revolução' conseguiu dar uma resposta adequada. (...). (MENDONÇA 1986, p. 13-14).

A autora Sonia Regina de Mendonça defende que o golpe de 1930 acarretou uma crise de hegemonia, porém, o Estado tendeu a beneficiar, de certa forma, a classe industrial-empresária. É a partir de então que a industrialização no Brasil passou a ganhar um corpo mais definido. Na visão de Abreu, um aspecto poderoso desta época foi a contradição gerada entre a segregação sócio-espacial e a acumulação de capital, tendo em vista que, na década de 1930, a divisão sócio-espacial da sociedade era notória e a distância entre o local de trabalho e o de moradia resultava num grande problema, uma vez que a precariedade do transporte dificultava a mobilidade do trabalhador.

(...) A contradição aparecia, entretanto, na necessidade dessa população vir a se localizar em áreas mais próximas, para satisfazer à demanda crescente de força de trabalho por parte da indústria de serviços. Daí, se o espaço (legalizado, oficial, sob controle burocrático) oferecia apenas uma localização física, oferecia, por outro lado, uma série de opções próximas, ou seja, terrenos ainda não ocupados por apresentarem dificuldades à promoção imobiliária organizada (...) essa mão- de - obra era necessária para que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capital. Ademais, os terrenos ocupados pelas favelas, ou eram públicos ou eram pouco valorizados pela empresa imobiliária organizada. (ABREU, 2013, pp. 94-95).

O contexto histórico entre as décadas de 1930 e 1950 abriu espaço para uma incongruência. Se, por um lado, a favela representava o caos e a desordem, por outro, era um celeiro de votos, sendo por isso mesmo negligenciada pelo poder público (ABREU, 2013, p. 95). Da década de 1930 a 1950, a estratificação geográfica da sociedade foi dada de forma –mascarada no espaço e auxiliada por ele próprio. Entretanto, as contradições geradas pela ocupação espacial ficaram cada vez mais acentuadas.

Os anos 50 e 60 foram caracterizados pela entrada volumosa de capital estrangeiro no Brasil, tendo seu momento mais intenso no período de JK. O governo de Juscelino incentivou a implantação de indústrias estrangeiras de bens duráveis, em principal as automobilísticas, assim como também a importação.

A constante emissão de papel-moeda provocou um grande salto nos índices da inflação no Brasil e, como consequência da alta inflação, houve uma queda brusca nos salários dos trabalhadores e a supervalorização do solo urbano. Muitos proprietários optaram por fazer de seus terrenos uma reserva de valor para que mais tarde fossem vendidos a preços altos (Abreu, 2013, p. 116).

A procura pelo solo urbano passa a ser ainda mais forte, dada a intensificação cada vez maior da distância entre a casa e o trabalho, somado ao congelamento dos

aluguéis, seguida do decréscimo da oferta imobiliária. Tudo isso contribuiu para uma grande crise habitacional que atingiu, mormente, a classe pobre e trabalhadora, o que acarretou o crescimento populacional das favelas e casas de cômodo. Outro ponto valioso para a compreensão deste momento da formação social carioca é com relação ao povoamento da zona sul, que resultou numa transformação do espaço físico da cidade para que fosse possível atender as demandas dos moradores desta região, como, por exemplo, facilitar o acesso ao centro da cidade.

Mesmo que parte do comércio e do entretenimento da cidade já estivesse se instalado na zona sul, a maior parte dos empregos da classe média, mormente ao que diz respeito à administração pública, ainda encontrava-se concentrada no centro da cidade. Além disso, havia também outro fator importante, o uso constante de automóveis particulares como decorrência da concentração de riquezas nas mãos dessa classe média burguesa moradora da zona sul. Este fato agravava ainda mais a questão do deslocamento do centro-zona sul, o que gerou diversas ações realizadas pelo Estado para poder satisfazer os anseios desta classe.

O adensamento populacional dos bairros oceânicos e os constantes congestionamentos de tráfego na rota centro-zona sul continuavam a exigir, entretanto uma solução viária mais permanente por parte do Estado. De fato, a antiga Avenida beira Mar do período Passos já não dava mais vazão ao número crescente de veículos (bondes, lotações, ônibus e automóveis) que demandavam o centro, ou por ele tinham que passar para atingir outros pontos da cidade. (ABREU, 2013, p. 131).

Uma série de obras urbanas foi desempenhada com o intuito de facilitar o tráfego que ligava a zona sul ao centro e vice-versa. Arelado a isso pode ser citado o desmonte do morro de Santo Antônio, ocorrido no mandato de Dulcídio Cardoso (1952-1954), em que o material oriundo deste desmonte serviu para o aterramento das praias do Flamengo e de Botafogo.

Data-se ainda da administração de Dulcídio Cardoso, o projeto Serviço Técnico da Avenida de Perimetral, que serviria para ligar as vias expressas do aterro com a Avenida Brasil. No entanto, tal projeto seria alterado no mandato de Alim Pedro, e o início de suas obras foi dado posteriormente no mandato de Negrão de Lima. Em 1955 e 1956, o prefeito Alim Pedro, imbuído do desejo de melhorar o acesso entre a zona norte e a zona sul, ordenou a elaboração do projeto do túnel Rio Comprido- Lagoa.

A administração de Negrão de Lima, no período em que foi prefeito, durante a presidência de JK, -se incumbiu não apenas de completar as obras em andamento, como

também de realizar melhoramentos de grande vulto (Abreu, 2013, p. 131). O mandato desse prefeito foi ainda marcado pela criação de um plano de obras públicas que causaram grande impacto social nas áreas marcadas por essas intervenções urbanísticas.

Cabe ressaltar a obra do túnel Santa Bárbara que conecta o bairro do Catumbi a Laranjeiras, uma das obras que constavam no plano de realizações. Todavia, muitas das obras contidas neste plano, só foram iniciadas na administração de Sá Freire Alvim (1958-1960), como é o caso do túnel Santa Bárbara, e ainda assim este só fora de fato concretizado no período do governo de Carlos Lacerda.

O Estado não é um ator ausente, ele atua diretamente em prol dos interesses que lhe cabem, indo assim, ao encontro dos objetivos de uma classe dominante. As transformações urbanísticas ocorridas nas décadas de 1950 a 1960 estão completamente atreladas à febre viária da década que alcançará o seu ápice na década de 1960 no período da ditadura. As obras sucedidas provocaram, além do deslocamento das populações que tiveram suas casas derrubadas – e que em grande parte não tiveram amparo do Estado –, um desequilíbrio nas relações sociais, políticas e culturais vivenciadas nos lugares afetados.

Neste sentido, buscaremos abordar as reformas urbanas, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1960, no capítulo que será apresentado em seguida, evidenciando os impactos dessas transformações na dinâmica espacial dos lugares afetados por essas intervenções urbanísticas. Buscaremos chamar a atenção dos alunos e alunas para as questões que tangem o direito à cidade e a moradia. Todavia, a referida temática será desenvolvida dentro do conteúdo histórico que abrange o governo de Juscelino Kubitschek à ditadura militar.

República liberal no Brasil (1946-1964)

Figura 1: Coroação Miss Brasil, 1963.



Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/os-anos-dourados-dos-concursos-de-miss-9070673>

Figura 2 - Volkswagen, montadora de carros alemã.



Fonte: <https://allthecars.wordpress.com/2012/03/28/vw-celebra-59-anos-de-brasil/>

Na imagem, a Volkswagen, montadora de carros alemã, chega ao Brasil, no governo do presidente Juscelino, 1959.

Figura 3 - Seleção campeã mundial da copa do mundo, 1958.



Fonte: <http://www.imortaisdofutebol.com/2012/04/07/selecoe-s-imortais-brasil-1958-1962/>

Primeiro título brasileiro em uma Copa do Mundo.

Figura 4 - Mulheres em passeata contra a censura à cultura na ditadura militar.



Fonte: <http://www.anf.org.br/a-cultura-da-censura/>

-Lata d'água na cabeça lá vai Maria..... lá vai Marial

A euforia que pairava a classe média nos anos 50 dificultava a percepção daqueles que não se permitiam enxergar além do glamour dos anos dourados. Os salões da zona sul, repletos de requinte, o charme da Bossa Nova, a Copacabana, *a princesinha do mar*, enchiam de orgulho e entusiasmo a população mais abastada da cidade do Rio de Janeiro. Os ventos da modernidade empolgavam essa classe média que tinha o poder de consumo e ansiava pelos novos tempos, no desejo de viver no conforto de uma cidade moderna. Entretanto, nem tudo eram flores, a Cidade sofria com muitos problemas de saneamento básico, abastecimento de água e transporte. A letra da famosa canção: *Lata d'água na cabeça* exprime muito bem a realidade da época. Tanto os privilegiados da zona sul quanto a população mais pobre dos subúrbios viviam o drama de ter que ir até as bicas públicas com latas de banha, de 20 litros, para abastecer suas necessidades. Ademais, a década de 1950 também ficou marcada pelo grande crescimento das favelas e o aumento do índice de desigualdade social. Parafraseando a poeta Carolina de Jesus, enquanto uns vivem o luxo da sala-de-visita, outros são relegados ao quarto de despejo.

PARAFRASEAR: é interpretar a ideia de um texto com as suas próprias palavras sem perder o sentido original do texto.

O Governo de Juscelino Kubitscheck

Após o suicídio de Getúlio Vargas, a disputa pela presidência foi marcada por tensões no cenário político brasileiro. Café Filho, vice de Vargas, assumiu a presidência após a morte de Getúlio. No ano seguinte haveria as eleições presidenciais e nesse contexto, os partidos buscavam fazer alianças para lançarem seus candidatos. O PSD (**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**) anunciou Juscelino Kubitscheck como candidato ao cargo de presidente.

Por outro lado, a oposição à candidatura de Juscelino era representada pela UDN (**UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL**). Esse partido que já pressionava o governo de Vargas com fortes críticas ao ex- presidente, não poupou esforços contra a chapa Juscelino/Jango. A UDN era um partido conservador, ligado à militares de direita, e à época, haviam lançado a candidatura do Juarez Távora, à presidência da República.

Com uma pequena diferença, JK venceu as eleições de 1955, todavia, a oposição tentou programar um golpe para que o presidente eleito não tomasse a presidência. Café Filho que havia presidido o governo após o suicídio de Getúlio teve que se afastar por conta de problemas de saúde nesse ínterim, o presidente da câmara dos deputados, Carlos Luz, o substituiu e governou o país no curto período de 8 a 11 de novembro de 1955.

No entanto, percebendo a tentativa da oposição udenista em instaurar um golpe impedindo a posse de Juscelino, o Marechal Henrique Lott aliado a um grupo de militares legalistas conseguiu depor o então presidente Luz e em seu lugar assumiu o cargo Nereu Ramos, vice da presidência do Senado. O esforço de Lott fez com que Juscelino conseguisse ocupar o cargo da presidência da República em 31 de Janeiro de 1956. Este acontecimento impediu a oposição de dar o golpe contra o presidente eleito.

O desenvolvimentismo e o plano de metas.

Juscelino Kubistchek adotou o modelo nacional-desenvolvimentista pautado no desenvolvimento econômico, respaldado pelo crescimento industrial. O presidente acreditava que esse modelo possibilitaria o progresso do país. O slogan do governo exprime a ideia do nacional-desenvolvimentismo: **“50 ANOS EM 5”**. O governo resolveria o atraso econômico brasileiro em cinco anos.

Para alcançar o desenvolvimento econômico, Juscelino lançou mão do plano de metas que estabelecia uma série de objetivos no âmbito econômico e político. Uma das metas deste plano era a construção da cidade de Brasília, que seria a nova capital do Brasil. O plano de metas designava cinco setores da economia que deveriam ter prioridade.

A energia: os investimentos nesse ramo eram destinados à implantação e distribuição de energia elétrica e, também deveriam estimular programas de pesquisa na área do petróleo.

A alimentação: com foco na agricultura mecanizada, com o largo uso de fertilizantes, e na construção de armazéns.

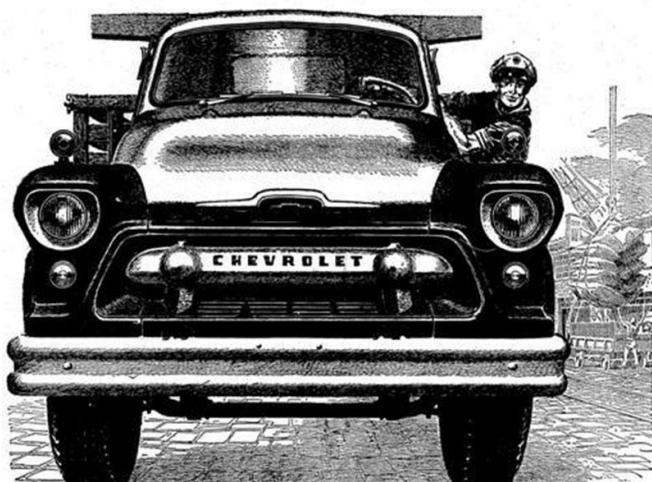
Transportes: dando destaque à criação de vias urbanas, rodovias, viadutos e túneis.

Indústrias de base: enfatizando a produção siderúrgica, de cimento e borracha.

A educação: tendo como prioridade o ensino técnico.

Figura 5 - Propaganda do primeiro automóvel Chevrolet brasileiro.

CHEVROLET BRASILEIRO



Fonte: <http://www.zuccaratto.jor.br/blogs/carro-e-cia/general-motors-completa-seus-primeiros-90-anos-no-brasil-com-trajetoria-de-sucessos/>

Na imagem a propaganda do primeiro automóvel Chevrolet brasileiro, no final da década de 1950. Momento em que a indústria automobilística exerceu papel de destaque na economia do país, no governo de JK.

A nova moda: O automóvel

Nas décadas de 1950 o governo brasileiro incentivou intensamente a entrada de montadoras de automóveis estrangeiras no país. Nas propagandas da época, o carro era enaltecido como símbolo de bom gosto, harmonia e bem-estar. Vale lembrar que nem toda a população tinha condições de adquirir este produto. A aquisição do automóvel ficava a cargo da classe média com poder de consumo, isto significa que, a modernidade dos novos produtos que chegavam ao mercado brasileiro através da industrialização não era passível de ser alcançada por toda a população brasileira, de forma homogênea.

Figura 6 - Juscelino ao lado de Heinrich Nordhoff, presidente da Volkswagen mundial.



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/30360-obra-compara-a-maratonista-pais-em-desenvolvimento.shtml>

Na imagem acima, o presidente Juscelino ao lado de Heinrich Nordhoff, presidente da Volkswagen mundial. Na inauguração da montadora de carro alemã no Brasil. Novembro de 1959.

A industrialização

Os anos de 1950 foram marcados pelo apelo a industrialização brasileira como uma das metas para alcançar o progresso do desenvolvimento nacional. A economia foi aberta ao capital estrangeiro com o incentivo do governo federal. O investimento de capital externo estimulou a criação de bens de consumo duráveis, caracterizando a modernização da indústria brasileira.

O automóvel e os eletrodomésticos foram produtos altamente valorizados no governo de JK. A propaganda e o marketing serviram como propagadoras de um novo ideal: -a civilização do automóvel¹. Era necessário despertar na sociedade o desejo de adquirir um carro, e neste sentido, as propagandas difundiam o ideal do conforto, da liberdade e da modernidade adquiridos através dos automóveis.

Os industriais receberam incentivos do governo para realizarem as suas atividades, como por exemplo, concessões de crédito, incentivos fiscais e as ofertas de mão de obra barata. Houve investimentos na infraestrutura, com o objetivo de fixar as industriais no solo brasileiro. No âmbito do trabalho, a influência de João Goulart nos sindicatos conseguiu estabelecer certa harmonia.

Além disso, alguns ramos eram beneficiados com aumentos salariais, era o caso do funcionalismo público, o que possibilitou maior poder de consumo a uma classe média que tendia a crescer, e desta forma, desejava a modernização do país.

Os grandes donos de terra, por sua vez, também foram beneficiados no governo de Juscelino. A expansão da fronteira agrícola levou a construção de estradas e rodovias para o escoamento da produção. A abertura dessas vias possibilitou a descoberta de novas terras para o plantio. Outro fator que favoreceu os grandes agricultores foi o investimento na modernização de técnicas agrícolas por parte do governo federal aumentando, dessa maneira, a sua lucratividade.

¹ Vide em FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 1995. P.429.

A construção de Brasília

Em 1956 o projeto de construção da cidade de Brasília, a nova capital do país, foi aprovado no Congresso Federal. O arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa foram os responsáveis pelo desenho e pela projeção da nova capital.

O empenho em construir rodovias para integrar as regiões do território nacional se intensificou com a transferência da capital para o centro-oeste do país. Entre as causas da construção de Brasília havia a tentativa de diminuir o desequilíbrio econômico e populacional das regiões que se encontravam fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Por outro lado, a transferência da capital para Brasília manteria as pressões políticas exercidas pelos grupos sociais distantes do centro político nacional. Para a construção da cidade, trabalhadores, principalmente, nordestinos, que saíam do sertão por conta da seca e da miséria, migraram para o centro-oeste em busca de trabalho e na tentativa de melhorar suas condições de vida. Esses trabalhadores eram chamados de -candangosl.

Figura 7 – Candangos em Brasília.



Fonte: http://www.brasil.gov.br/governo/2010/04/a-chegada-dos-candangos/ArPDF_093_Candangos_na_Praca_dos_3

Na imagem ao lado trabalhadores que migraram para o Centro-Oeste, em sua maioria nordestinos, para construir a cidade de Brasília, no governo de Juscelino. Esses trabalhadores ficaram conhecidos pela denominação de Candangos.

Observe as imagens abaixo e reflita a respeito da mensagem contida nas imagens!

Figura 9 - Propaganda da panela de pressão Clock, anos 50.

Quem dá Arno acerta sempre!

Para um lar que está se formando agora... ou para a dona de um lar que já se formou há muito tempo... não há outro presente tão desejado, útil e oportuno como estes belíssimos Aparelhos ARNO!

ARNO

OS PRESENTES ARNO AGRADAM MAIS PORQUE SÃO MAIS ÚTEIS!

Aspirador de Pó Arno: Fazendo parte do seu lar, o aspirador de pó Arno é o seu melhor amigo. Desejável para todos os lares. Dupla função: suga a poeira e aspira os líquidos. Assim, seu lar ficará sempre limpo e saudável.

Refrigerador Super Arno: Faz todo o seu trabalho e economiza! Liquidificador Novo Arno: Nunca interrompa o trabalho de qualquer coisa! Muito mais rápido... assim como praticar sempre com Arno!

Figura 8 - Propaganda de eletrodomésticos Arno, anos 50.

QUEM TEVE "OUTRA" JÁ PASSOU PARA A CLOCK!

UMA PERFEITA COZINHEIRA ÀS SUAS ORDENS

como **USAR** e **CONSERVAR** a sua **PANELA** de **PRESSÃO**

Fonte:
<http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/07/arno-casamento-anos-50.html>

Fonte:
<https://br.pinterest.com/pin/432978951652935826/?lp=true>

Ao analisarmos uma propaganda precisamos entender que as imagens contêm mensagens e significados que estão relacionados à ideia que a propaganda pretende disseminar. Outro ponto que devemos levar em consideração é o contexto o qual a propaganda está associada.

Professores/professoras: cabe aqui dialogar com os estudantes a respeito do papel da mulher na sociedade da época e discutir a associação das mulheres aos afazeres domésticos, sendo estas suas funções por excelência. Todavia, também é válido trazer a discussão para os dias atuais, questionando sobre as funções da mulher na sociedade contemporânea, evidenciando as lutas feministas ao longo da história.

É possível verificar nas imagens das propagandas acima que as mulheres aparecem relacionadas aos serviços domésticos, e os eletrodomésticos são como instrumentos que pertencem a essas mulheres domésticas. A partir das imagens abordadas pela propaganda dos eletrodomésticos discuta com os seus colegas:

1. O que as imagens representam?
2. Quais ideias e valores estão sendo afirmados nessas propagandas, referentes ao papel da mulher na sociedade dos anos 50.
3. Analisando a nossa sociedade hoje, reflita sobre o papel das mulheres nela. Houveram modificações ao longo do tempo?

Nem tudo eram flores

O desenvolvimento econômico, tão defendido pelo presidente Juscelino, não garantiu a diminuição da desigualdade social. As consequências da política de JK não se limitavam apenas à esfera econômica, a desigualdade social também alcançou elevados índices. Os anos 50 foram marcados pelo crescimento das favelas, principalmente, nas grandes cidades como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo. A população que habitava as áreas rurais, com a modernização do campo e o crescimento do latifúndio, teve que migrar para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida. Todavia, essa população que chega às cidades muitas das vezes não consegue um trabalho formal e tem que se estabelecer em moradias populares em lugares insalubres e precários. Esse processo intensificou o crescimento das favelas e foi responsável pelo surgimento de outras novas.

A poeta ficou conhecida a partir de uma reportagem realizada na favela do Canindé, em 1958, onde o jornalista Audálio Dantas tomou conhecimento das escritas de Carolina.

Carolina de Jesus era catadora de lixo, e juntava revistas e papéis encontrados no lixão ao lado da favela em que morava. Nos espaços em branco das revistas e papéis encontrados, a poeta escrevia sobre o seu cotidiano, relatava fatos que ocorriam no seu dia-dia, construía histórias e poesias. A sua obra mais famosa foi *O Quarto de despejo*, onde a autora relata a realidade da população pobre e favelada na sociedade brasileira.

Figura 10 - A poeta Carolina de Jesus, na favela do Canindé, onde morava. São Paulo, nos anos 50.



Fonte: <https://www.vidaporescrito.com/fotos-de-carolina-maria-de-jesus>

A Cultura dos anos 50

-(...) A consolidação da chamada sociedade de massa no Brasil trouxe consigo a expansão dos meios de comunicação, tanto no que se refere ao lazer quanto à informação, muito embora seu raio de ação ainda fosse local. O rádio cresceu no início dos anos 50, quando houve um aumento da publicidade. As populares radionovelas, por exemplo, tinham como complemento propagandas de produtos de limpeza e toalete. Na televisão, a publicidade não se limitava a vender produtos, e as próprias empresas eram produtoras dos programas que patrocinavam. Houve um aumento da tiragem dos jornais e revistas, e popularizaram-se as fotonovelas, lançadas no início da década. O cinema e o teatro também participaram desse processo, tanto do lado das produções de caráter popular quanto das produções mais sofisticadas. No caso do cinema, as populares chanchadas, comédias musicais produzidas pela Atlântida, empresa criada nos anos 40, tiveram seu auge nos anos 50, e seus atores foram consagrados pelo público. O teatro de revista, que também misturava humor e música, fazia bastante sucesso. Apesar de originárias da década de 1940, as experiências tanto de um cinema industrial, como foi o caso daquele produzido pela Vera Cruz, quanto de um teatro menos popular, como o do Teatro Brasileiro de Comédia, ainda perduraram ao longo dos anos 50.

(...) O entusiasmo pela possibilidade de construir algo novo implicou o surgimento e/ou o impulso a vários movimentos no campo artístico. Eram novas formas de pensar e fazer o **cinema**, o **teatro**, a **música**, a **literatura** e a **arte** que se aprofundavam, como revisão do que fora feito até então. (...) A identificação dos chamados -anos douradosl com o espírito otimista que consagrou o governo Kubitschek acabou, assim, por englobar todo um conjunto de mudanças sociais e manifestações artísticas e culturais que ocorreram dentro de um debate mais geral sobre a reconstrução nacional, em curso desde o início dos anos 50 até os primeiros anos da década seguinte.¶

Texto **extraído** **de:**
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>

Figura 11: Propaganda de TVs nos anos 50



A televisão é inaugurada no Brasil em 1950, por Assis Chateaubriand, o fundador da TV Tupi.

Fonte: <http://mercuriofilmes.blogspot.com.br/2009/10/o-inicio-da-tv.html>

As Chanchadas

-Na década de 30 nasce o gênero cinematográfico nacional conhecido como chanchada, seu auge foi deste período até os anos 50. Segundo Ramos (2007), a fórmula era híbrida, misturando elementos de ficção científica, com temas policiais e muito humor. Eram comédias musicais muito comuns em países como Argentina, México, Itália e Portugal.

Rapidamente, o gênero caiu no gosto do povo e apesar das más críticas, eram um sucesso entre os brasileiros. No livro *Este Mundo é um Pandeiro: a Chanchada de Getúlio a JK*, de Sérgio Augusto, o estilo é qualificado como o entretenimento da massa do período. Grandes cantores do rádio, como Carmen Miranda e Francisco Alves foram escalados para estrear os primeiros filmes.

Em seguida nasceu a dupla Oscarito e Grande Otelo, comediantes que popularizaram ainda mais a chanchada. Um dos grandes diretores deste gênero foi Carlos Manga. As companhias que produziam as chanchadas, também conhecidas como chanchadas carnavalescas, eram a Cinédia e a Atlântida, ambas localizadas no Rio de Janeiro.

Apesar da influência do cinema americano, que volta e meia tinha filmes sendo parodiados, as chanchadas costumavam ter temas essencialmente brasileiros, tratando de

problemas do cotidiano e fazendo humor com uma linguagem de fácil compreensão. Foi um período importante de intensa produção. Seu roteiro era sempre o mesmo, com semelhança ao teatro da Commedia dell'arte, mocinho e mocinha não conseguem ficar juntos, necessitando da ajuda dos serviçais (na chanchada brasileira feita pelos comicos) para vencer os vilões. Com o tempo, a televisão foi ganhando mais espaço e o cinema passou a ter um estilo mais politizado denominado de Cinema Novo.¶

*****Fonte:<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/chanchadas-cinema-brasileiro/53249>.*****

Figura 12: -Nem Sansão, nem Dalila.



Na imagem ao lado Chanchada de 1955, dirigida por Carlos Manga e estrelado por Oscarito, Fada Santoro, Cyll Farney, Eliana Macedo, Carlos Cotrim e outros.

Fonte: <http://sesc-mt.blogspot.com.br/2013/05/as-chanchadas-brasileiras.html>

José Abelardo Barbosa, o Chacrinha, foi um irreverente apresentador da televisão brasileira. Em 1956, Chacrinha estreia na TV Tupi com o seu programa *Rancho Alegre*, o qual ficou conhecido por suas atrações inovadoras com a *discoteca do chacrinha*. O apresentador também inovou ao trazer para a televisão brasileira um programa que apresentava calouros. Muitos artistas ganharam fama após suas aparições no programa do -Velho Guerreiro, como era conhecido o apresentador.

-Autor de inesquecíveis frases, como: ‘_Quem não se comunica se trumbica’ e ‘_Eu vim para confundir, não para explicar’; e das perguntas: ‘_Vocês querem bacalhau?’ e ‘_Vai para o trono ou não vai?’, misturava em seu trabalho descontração e alegria, ironia e irreverência. Passou pela TV Tupi, Rio e Bandeirantes, com os programas Discoteca do Chacrinha, Buzina do Chacrinha e Cassino do Chacrinha, sempre acompanhado das famosas chacetes. Na Rede Globo, com A Hora da Buzina, graças à sua capacidade de improvisação e de entretenimento, era líder de audiência nas tardes de domingo. Vestido de forma bizarra, com uma buzina pendurada ao pescoço, que utilizava quando o calouro cometia algum deslize, e em meio a uma sonoplastia de sons de animais e panelas, atirava bacalhau à plateia e oferecia abacaxi como prêmio ao cantor que se revelasse talentoso. Em 1987, foi homenageado pela Escola de Samba Império Serrano com o tema Com a Boca no Mundo, Quem Não se Comunica se Trumbica.¶

Texto extraído de: <https://educacao.uol.com.br/biografias/chacrinha.htm>

Figura 13: Abelardo Barbosa, o Chacrinha.



Na imagem ao lado, um dos ícones da história da televisão brasileira, Chacrinha!

Fonte: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/destaque/2017/07/ha-50-anos-estrevava-na-globo-a-discoteca-do-chacrinha>

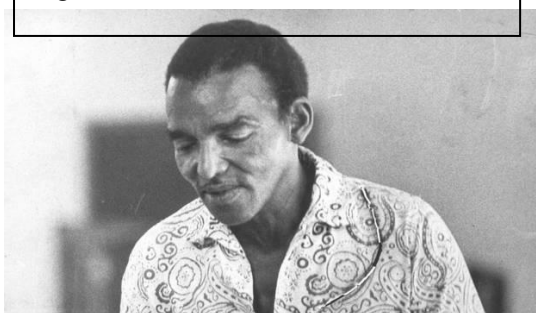
O Samba e a Bossa Nova

Tradição *versus* Modernidade?

Alguns autores defendem que a década de 1950 configurou a decadência da música brasileira, devido à influência da estética internacional e o forte crescimento da **indústria fonográfica**. Alguns artistas e intelectuais compreendem que a década de 1950 marcou a ruptura da música brasileira com as suas raízes populares. De todo modo, o debate entre a modernidade e a tradição é complexo e por vezes até controverso. Porém cabe aqui destacarmos alguns artistas de destaque nesta década de 1950.

O compositor Silas de Oliveira é um dos grandes nomes da música popular brasileira. Foi sambista e compositor da escola de samba Império Serrano. O artista inovou a forma de compor sambas nas escolas, por isso foi considerado o responsável pela consolidação do chamado samba-enredo. Nascido no bairro de Madureira, no subúrbio carioca, Silas sempre frequentou as rodas de samba da região. O compositor faleceu em 1972, porém suas composições o tornaram imortal. Um dos sambas mais ilustrados do carnaval o –Aquarela Brasileira, desfilado pelo Império Serrano em 1964 e reeditado pela mesma escola em 2004, é um exemplo da magnitude desse artista brasileiro.

Figura 14: Silas de Oliveira.



Na imagem ao lado, o músico e compositor, Silas de Oliveira nascido no subúrbio carioca, compôs grandes sambas da música popular brasileira. Conhecido por cantar tocando uma caixinha de fósforos, como se fosse um instrumento de percussão musical.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/silas-de-oliveira-autor-de-aquarela-brasileira-um-dos-bambas-do-samba-20208211>

Figura 15: Nara Leão.



Fonte:
<http://tropicalia.com.br/ilumencarnados-seres/biografias/nara-leao>

Na imagem à cima, Nara Leão, cantora considerada um dos grandes ícones da Bossa Nova.

Nara Leão foi um dos ícones fundamentais do estilo musical denominado *Bossa Nova*. Em seu apartamento em Copacabana, jovens músicos se reuniam para cantar, tocar e expor suas composições. É a partir dessas reuniões que surge a chamada *Bossa Nova*, embora oficialmente a Bossa nova tenha surgido com o lançamento do disco —Chega de saudade! de João Gilberto, em 1958.

“Com base na onda de otimismo dos “Anos Dourados”, um grupo de jovens músicos e compositores de classe média alta do Rio de Janeiro começou a buscar algo realmente novo e que fosse capaz de fugir do estilo operístico que dominava a música brasileira. Estes artistas acreditavam que o Brasil poderia influenciar o mundo com sua cultura, por isso, o novo movimento visava a internacionalização da música brasileira.”

Fragmento extraído de:
<http://brasilecola.uol.com.br/artes/bossa-nova.htm>

Nara desenvolveu sua carreira artística até a década de 1980, vindo a falecer em 1989. Além do seu compromisso com a música, Nara também participou das manifestações contra a ditadura civil-militar, em 1969 a cantora e seu esposo se exilam na Europa. E na década de 1980, a cantora também participou dos movimentos pela redemocratização política brasileira.

Indústria fonográfica: É o grupo de empresas especializadas na produção musical.

A inflação no governo de JK

Durante o governo de JK a economia brasileira alcançou altos índices de crescimento. No entanto, o desenvolvimento econômico e industrial gerou consequências como o aumento da dívida externa, inflação e o crescimento da desigualdade social.

As empresas estrangeiras que se estabeleciam no Brasil emitiam aos seus países de origem a maior parte das remessas de lucro, pois o governo não tinha uma política que controlasse o envio dessas remessas para o exterior. Além disso, a política de incentivo fiscal possibilitava a baixa cobrança de impostos ao setor empresarial. Dessa maneira, o capital obtido através das empresas não permanecia no país.

A larga emissão de papel moeda para resolver os problemas do orçamento público acarretou numerosos índices de inflação. Os gastos das obras públicas para a construção de Brasília e os aumentos salariais concedidos ao funcionalismo público também colaboraram para a crise nos cofres públicos. Todavia, esse foi o resultado da política desenvolvimentista aliada aos esforços do governo em privilegiar o interesse dos industriais, que recebiam empréstimos do Banco do Brasil.

FMI: Fundo monetário internacional. É uma organização financeira internacional que visa oferecer ajuda financeira, emergencial as Nações em crise.

A situação dos trabalhadores rurais nos anos de governo do presidente Juscelino

A forte industrialização e a mecanização das lavouras agrícolas levaram ao desemprego e a redução dos salários desses trabalhadores. Nesse contexto, a questão da reforma agrária tornava-se cada vez mais imperativa. O desenvolvimento brasileiro estimulado nos anos de JK não atingiu todas as regiões brasileiras.

A industrialização e a modernização se concentraram na região sudeste, especialmente, no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Conquanto o Nordeste, por exemplo, sofria demasiadamente com os problemas da seca, a fome e a miséria. Na tentativa de alterar esse quadro foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Que tinha como objetivo estudar a situação socioeconômica nordestina e estimular a industrialização no Nordeste.

Figura 16: cena do filme –Vidas Secas



Fonte: Imagem extraída de:
<http://memorialdademocracia.com.br/card/vidas-secas-retrata-a-miseria-nordestina>

O filme –Vidas Secas foi inspirado na obra homônima de Graciliano Ramos. O romance retrata a história de uma família sertaneja nordestina, que vive a fome e a miséria do sertão. O filme foi dirigido por Nelson Pereira dos Santos, lançado em 1963.

As Ligas camponesas: Professor/professora é interessante neste quadro contextualizar junto dos estudantes os problemas da concentração de terras no Brasil, em grandes latifúndios que mantêm ligada à herança colônia das grandes propriedades de terra nas mãos de um único proprietário que tinha com base a monocultura e o trabalho escravo.

No ano de 1955 em Pernambuco no, Engenho da Galiléia, foi criada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). A princípio essa organização que reunia uma série de trabalhadores rurais (posseiros, pequenos proprietários e arrendatários) tinha o objetivo de dar uma assistência mais ampla à população da região e arrecadar dinheiro para a compra de melhores adubos para o cultivo da terra. Todavia, o filho do proprietário do engenho da Galiléia tinha o receio de que a SAPPP proporcionasse um novo tipo de relação com o plantio da terra, de forma autônoma e sem causar grandes impactos no solo, e desse modo colocasse a risco a exaustiva atividade da pecuária que predominava na região. Sendo assim, ele entrou na justiça pedindo a reintegração de posse da terra do engenho da Galiléia.

É neste contexto que a SAPPP ganha novas dimensões. A notoriedade do movimento chega à imprensa e à Assembléia Legislativa, onde setores conservadores atribuem à SAPPP a denominação de -Ligal. A Liga cresce e alcança outros estados e passa a ser o símbolo da luta da Reforma Agrária tão reivindicada pelos trabalhadores e trabalhadoras do meio Rural. É relevante ressaltar o caráter autônomo do movimento que não aceitou se associar ao Estado.

Figura 17: Zezé da Galiléia, de chapéu, à esquerda cumprimentando o Julião Arruda.



Fonte:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentosSociaisCampones>

Na imagem à cima, um dos líderes mais conhecido da Liga Camponesa, Zezé da Galiléia ao lado de Francisco Julião Arruda de Paula, advogado que defendeu os trabalhadores rurais da SAPP.

O agronegócio no Brasil

O agronegócio no Brasil trata-se da produção de agricultura e pecuária voltada, principalmente para o mercado externo. Esse tipo de produção tem como característica o latifúndio e a monocultura. O agronegócio envolve também diversos setores da produção à distribuição e venda dos produtos. E neste processo diversas empresas estão envolvidas nas diferentes etapas deste tipo de produção, empresas nacionais e multinacionais.

Todavia, este tipo de produção gera impactos na questão da distribuição de terras, tendo em vista que o latifúndio, uma das características primordiais do agronegócio, refere-se ao cultivo de alimentos e criação de animais em grandes extensões de terras. Levando em consideração o fato de que um dos principais problemas do Brasil está na distribuição desigual das terras, é possível compreender que o agronegócio favorece essa desigualdade, uma vez que, os pequenos e médios produtores rurais muitas das vezes perdem parte das suas terras devido ao poder de influências dos grandes latifundiários.

Outra questão importante que envolve o agronegócio está relacionada às condições de trabalho nesses grandes latifúndios. Muitos trabalhadores rurais na necessidade de conseguirem um trabalho e algum pedaço de terra para sustentarem a si e as suas famílias tendem a se sujeitar a condições precárias e muitas vezes análogas à escravidão. Outro ponto crucial a ser discutido trata-se de que boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira é oriunda dos pequenos e médios agricultores, tendo em vista que a produção do agronegócio tem como finalidade à exportação de um único produto, o que caracteriza a monocultura.

“Na mesa dos brasileiros: resultados da agricultura familiar

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é a agricultura familiar a grande responsável pela alimentação da população brasileira, garantindo em torno de 70% do que é consumido. É a agricultura familiar que produz feijão, arroz, leite, verdura, é a produção diversificada que consumimos todos os dias. Tem uma importância muito forte para a segurança alimentar e também para a soberania alimentar, afirma o secretário nacional de agricultura familiar do MDA Laudemir Muller. Ele diz que a produção da agricultura familiar tem crescido muito, acompanhando o consumo de alimentos, que também aumentou. Laudemir explica que a soberania alimentar também é garantida com este modelo de agricultura. É a agricultura familiar que preserva as tradições, que tem uma produção diversificada, que mantém a tradição das sementes. Então, na escolha do que nós comemos, a agricultura familiar é o grande bastião dessa diversidade, seja dos povos da floresta, do cerrado, dos grupos de mulheres, comenta.

Entretanto, dados do próprio Consea mostram que o agronegócio cresce mais do que a agricultura familiar e, de acordo os participantes da Oficina Territorial de Diálogos e Convergências do Norte de Minas, este modelo de produção tem ameaçado a segurança e a soberania alimentar do país por vários motivos. Entre os problemas do agronegócio estão a concentração de terras e a conseqüente diminuição das áreas destinadas à agricultura familiar; a baixa diversidade de produção, pois há regiões inteiras com apenas uma espécie plantada - como as monoculturas de eucalipto, cana de açúcar e soja; e a utilização de tecnologias como a dos agrotóxicos e transgênicos, que apresentam um risco para a saúde.

Um relatório do Consea lançado no final de 2010, que avalia desde a Constituição de 1988 até a atualidade a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil, apresenta dados que confirmam este problema. De acordo com o estudo, o ritmo de crescimento da produção agrícola destinada à exportação é muito maior do que para o consumo interno. A área plantada dos grandes monocultivos avançou consideravelmente em relação à área ocupada pelas culturas de menor porte, mais comumente direcionadas ao abastecimento interno. Apenas quatro culturas de larga escala (milho, soja, cana e algodão) ocupavam, em 1990, quase o dobro da área total ocupada por outros 21 cultivos. Entre 1990 e 2009, a distância entre a área plantada dos monocultivos e estas mesmas 21 culturas aumentou 125%, sendo que a área plantada destas últimas retrocedeu em relação a 1990. A monocultura cresceu não só pela expansão da fronteira agrícola, mas também pela incorporação de áreas destinadas a outros cultivos, diz o documento. O relatório também faz um alerta sobre o uso de agrotóxicos. O pacote tecnológico aplicado nas monoculturas em franca expansão levou o Brasil a ser o maior mercado de agrotóxicos do mundo. Entre as culturas que mais os utilizam estão a soja, o milho, a cana, o algodão e os citros. Entre 2000 e 2007, a importação de agrotóxicos aumentou 207%. O Brasil concentra 84% das vendas de agrotóxicos da América Latina e existem 107 empresas com permissão para utilizar insumos banidos em diversos países. Os registros das intoxicações aumentaram na mesma proporção em que cresceram as vendas dos pesticidas no período 1992-2000. Mais de 50% dos produtores rurais que manuseiam estes produtos apresentam algum sinal de intoxicação, denuncia o Consea.(...).

Populações tradicionais e indígenas correm mais risco

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), as populações indígenas e quilombolas são as que mais sofrem com a insegurança alimentar e nutricional. O relatório elaborado pelo Consea critica a demora na demarcação das terras indígenas e quilombolas, o que prejudica o direito a alimentação adequada. Verifica-se que a morosidade para a demarcação das terras indígenas tem impactado negativamente a realização do direito humano à alimentação adequada dos povos indígenas, desrespeitando a forte vinculação entre o acesso a terra e a preservação dos hábitos culturais e alimentares desses povos, diz o documento.

A secretária nacional de segurança alimentar e nutricional do MDS, Maya Takagi, afirma, por exemplo, que os índices de crianças com baixa estatura em relação à idade é maior nas comunidades indígenas e quilombolas, situação decorrente da quantidade insuficiente de alimentos. Nesses grupos específicos ainda temos o problema da quantidade de alimentos. Mas nosso desafio é também o da qualidade, conseguir ofertar alimentos de maior qualidade, de forma que as famílias de modo geral possam se alimentar de produtos saudáveis e naturais. Então, temos ainda um problema duplo, com o problema da quantidade mais localizado por grupos e regiões, descreve. Maya cita os dados presentes no próprio relatório do Consea, segundo o qual 6,7% da população brasileira de crianças abaixo de cinco anos sofre com problemas de insegurança alimentar. Indicadores, segundo ela, considerados aceitáveis internacionalmente.(...).

Texto extraído de: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/agronegocio-nao-garante-seguranca-alimentar>

Observe as imagens!

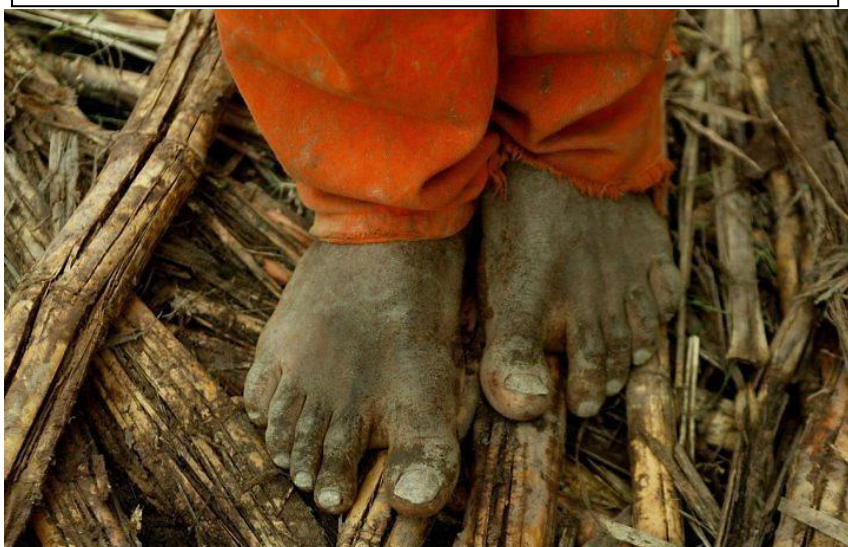
Figura 18: imagem de uma senhora, trabalhadora rural, numa lavoura de cana-de-açúcar.



Fonte: <https://pedraambiental.com/2017/02/01/ministerio-nao-revela-lista-contra-trabalho-escravo-no-brasil-porque-geraria-desemprego/>

As figuras representam as condições precárias e insalubres as quais os trabalhadores rurais estão sujeitos.

Figura 19: Imagem dos pés de um trabalhador rural, na lavoura.



Fonte: <http://direitocivilemdebate.blogspot.com.br/2010/10/o-contrato-de-empregada-e-escravidao.html>

1. Ao olhar atentamente as imagens acima, qual a percepção que você teve a respeito delas?
2. Sobre o que as imagens se referem?
3. Qual o tipo de trabalho as pessoas estão realizando?
4. As imagens referem se ao passado, ou a um período recente?

Professores e professoras seria interessante chamar a atenção dos estudantes para as condições dos trabalhadores rurais na sociedade contemporânea. Contextualizando as relações de trabalho no campo ao longo da história brasileira.

Evidenciando que a conquista dos direitos trabalhistas não ocorreu de forma homogênea e que até os dias atuais os trabalhadores rurais vivem em condições de trabalho precárias e, muitas das vezes, análogas à escravidão.

A eleição de Jânio Quadros e de seu vice João Goulart

Jânio Quadros venceu as eleições de 1960. Ele havia sido governador de São Paulo e era um tipo apolítico, o que era possível de ser constatado devido a sua independência perante os partidos. A insatisfação e ao descrédito político o qual parte da sociedade cultivava contribuiu para que Jânio Quadros alcançasse a presidência da República.

À época os eleitores poderiam votar separadamente no vice-presidente, a constituição de 1946 previa este direito aos eleitores. Deste modo, João Goulart, candidato do **Partido Trabalhista Brasileiro**, foi eleito vice ao lado de Jânio Quadros. O presidente eleito em 1960 tinha como símbolo de sua campanha a vassoura que representava o combate à corrupção, defendido por Jânio Quadros.

O governo de Jânio Quadros

A inflação, herança dos anos de Juscelino na presidência, era um grave problema que se colocava a frente do novo governo exigindo medidas que buscassem a sua resolução. Para combater a inflação, Jânio adotou medidas como: o congelamento dos salários, corte de auxílios governamentais para empresas privadas e restrição ao crédito. Tais medidas seguiam a orientação liberal que previa o corte dos gastos públicos e o aumento da arrecadação.

Todavia, a população não reagiu bem às medidas adotadas pelo presidente, e conseqüentemente a popularidade de Jânio foi afetada. No plano internacional, Jânio tinha como objetivo manter relações com a União Soviética, sem, no entanto, romper com os Estados Unidos. Contudo, tal postura do presidente brasileiro eram um tanto contraditória.

Quadros convidou o ministro da economia de Cuba, Che Guevara, para vir ao Brasil para ser condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Outra medida tomada pelo presidente foi a decisão de enviar o vice-presidente João Goulart em missão diplomática à China com a finalidade de introduzir acordos para relações comerciais.

As medidas adotadas por Jânio Quadros no âmbito da política externa descontentava os partidos e setores conservadores. Nesse cenário, Quadros perdia apoio político no congresso e em diversos setores da sociedade, mantendo-se isolado e enfraquecido. Diante dessa situação delicada, em 21 de agosto de 1961, Jânio Quadros renúncia ao seu cargo de presidente da República.

Entretanto, possivelmente a intenção de Jânio era fortalecer a sua imagem política caso houvesse, à época, protestos e movimentos populares clamando o seu retorno. Se realmente a intenção do presidente era reverter à crise política do seu governo, adotando a renúncia como uma estratégia, o tiro saiu pela culatra. Não ocorreu nenhuma manifestação a seu favor.

Figura 20: Imagem de Mulheres levantando o símbolo da campanha política de Jânio Quadros.



A vassoura, como símbolo da campanha política de Jânio Quadros, representava a limpeza da corrupção.

Fonte:
<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,janio-quadros,558,0.htm>

A moralidade de Jânio Quadros

Jânio Quadros quis ‘varrer’ do país brigas de galo, corridas de cavalo e biquínis

Presidente, que completaria 100 anos, condecorou líder revolucionário Che Guevara, desagradando a UDN e militares. Seu polêmico governo durou menos de sete meses

— ‘Jânio Quadros é a certeza do Brasil moralizado!’ O verso do jingle da campanha que elegeu Jânio Quadros presidente da República já antecipava o seu modelo de gestão. Afinal, foi com a promessa de varrer a corrupção do país — usando a vassoura como símbolo — que o sul-mato-grossense que governara São Paulo venceu as eleições de 3 de outubro de 1960. Eleito por uma coligação de PTN, UDN, PDC, PR e PL, obteve 48% dos votos, derrotando o Marechal Henrique Teixeira Lott (32%), candidato apoiado pelo então presidente Juscelino Kubitschek (PSD), assumindo a Presidência em 31 de janeiro de 1961.

A onda moralizadora resultou em medidas que interferiam diretamente no dia a dia dos brasileiros. O decreto 50.578, por exemplo, proibiu a realização de corridas de cavalo durante a semana, restringindo-as a domingos e feriados. Além disso, a presença de menores de 21 anos nos locais de corrida foi proibida. O GLOBO publicou a íntegra do decreto na edição de 11 de maio de 1961, no dia seguinte à sua promulgação. Também foram proibidos os desfiles de candidatas a miss com maiôs ‘cavados’ em concursos de beleza, a exibição em anúncios na TV ‘de maiôs e peças íntimas de uso feminino’ e até o uso dos biquínis nas praias. As novidades não pararam por aí: o governo vetou a fabricação, o comércio e o uso de lança-perfume no carnaval e proibiu a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e televisão. No caso do Rio, interpretando o decreto de Jânio, até as transmissões pela televisão de competições de natação ‘e demais modalidades esportivas’ foram afetadas (...).|| ***Natascha Correa Lima – com edição de Gustavo Vilela, editos do Acervo O Globo. Artigo extraído do Jornal O Globo: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/janio-quadros-quis-varrer-do-pais-brigas-de-galo-corridas-de-cavalo-biquinis-19326640>.**

As Reformas urbanas da década de 1960, na cidade Rio de Janeiro.

A década de 1960 foi marcada por uma série de transformações urbanísticas, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Como já vimos neste capítulo, a partir da década de 1950, o país passou por um processo de intensa industrialização, principalmente no período de JK na presidência da República. Nesse contexto, a indústria automobilística ganhou destaque na produção industrial brasileira. Diversas montadoras de automóveis estrangeiras se estabeleceram no país.

Todavia, era necessário o investimento do governo em infraestrutura que possibilitasse a organização das cidades para o consumo dos produtos lançados no mercado. Tendo em vista que, à época, o desenvolvimento industrial brasileiro se concentrava na região sudeste, em especial no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Essas cidades sofreram transformações urbanas, que visavam à modernização e a organização do espaço para a circulação dos automóveis.

O carro passou a ser um dos principais símbolos da modernidade, tal fato é percebido pelas propagandas de automóveis da época. Na década de 1960, o recém-criado estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, era governado por Carlos Lacerda. Em sua gestão, Lacerda defendia a necessidade da criação de um Plano Urbanístico para o remodelamento do Rio de Janeiro.

O urbanista Constantino Doxiadis foi contratado pelo governo para elaborar tal projeto. Nesse cenário, uma série de obras públicas tomaram as ruas do Rio. Túneis, viadutos e foram construídos para possibilitar o tráfego dos automóveis. Entretanto, vale ressaltar que, apenas as camadas mais abastadas da sociedade tinham o poder de consumo para adquirir um automóvel.

Para a realização dessas reformas urbanas inúmeras casas foram derrubadas para a construção de túneis e viadutos e aberturas de vias expressas. O bairro da Cidade Nova e o Catumbi foram exemplos dessa situação. Muitos moradores e moradoras perderam suas casas e não foram indenizados.

Carlos Lacerda e Negão de Lima no governo do Rio de Janeiro

Carlos Lacerda levantava a bandeira do moralismo e os problemas de ordem urbana se enquadravam nessa moralidade. Para comandar as reformas urbanísticas, o

governador escolheu o arquiteto grego Constantino Doxiadis. Boa parte dos investimentos para as obras urbanas foi obtida através do capital estrangeiro.

O Plano urbano de Doxiadis apresentava a construção de uma malha de comunidades autossuficientes separadas por vias expressas, seguindo os eixos norte-sul e leste oeste. Todavia, a conclusão da elaboração do Plano ocorreu em 1965, no final do governo de Carlos Lacerda, o que dificultou a realização concreta das suas diretrizes. Apesar disso, o plano urbanístico serviu de base às demais intervenções realizadas ao longo das décadas de 1960 a 1980.

É importante destacar o viés elitista das reformas urbanas da década de 1960, principalmente pelo fato de propiciarem o investimento do capital imobiliário e a intensificação do uso do automóvel.

Negrão de Lima, sucessor de Carlos Lacerda como governador do estado da Guanabara, apesar de -inimigo político de Lacerda, deu sequência ao traçado adotado por ele. No âmbito das questões urbanísticas, em 1966 foi criada a Comissão Executiva de Projetos Especiais, a CEPE, órgão responsável pelos estudos referentes à execução do Plano de reformas urbanas.



Para saber mais!!!!



Um bairro de passagem

O Catumbi é um dos bairros mais antigos da cidade do Rio de Janeiro. Localizado na área central da cidade, o bairro já serviu de moradia para uma classe abastada da sociedade carioca na época do império. A partir do século XX, o Catumbi começou a servir de moradia, sobretudo, para imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, que eram, em geral, pequenos comerciantes, funcionários públicos em pequenos cargos, trabalhadores de fábricas e ciganos (NUNES, 1978). No entanto, no final da década de 1940 o Catumbi passou a sofrer modificações no seu espaço urbano, túneis e viadutos foram construídos no bairro para abrir espaço à circulação dos automóveis que, principalmente, na década de 1950 ganhou uma importância muito grande devido à valorização dos automóveis no governo de JK com a entrada de

montadoras estrangeiras no país. Os automóveis eram bens de consumo adquiridos por uma classe média em ascensão que começa a ocupar os bairros da zona sul. Todavia, o Catumbi, por ter uma localização privilegiada, perto da zona sul e da zona norte, passou a ter o seu espaço alterado, de forma mais intensa, ao longo das décadas de 1960 a 1980. Para a construção de túneis, viadutos, elevados e do Sambódromo inúmeros moradores foram removidos de suas moradias para abrir espaço às obras. Diversas casas foram demolidas, e a compensação não foi justa. A maioria dos moradores não recebeu indenização e tiveram que dar o seu próprio jeito para não ficarem na rua. Conforme Santos, -(...) O Catumbi como modelo urbano era visto como superado, carregado de negatividade e indesejado. O juízo foi confirmado por vários governos estaduais e municipais sucessivos que persistiram na tarefa de destruição do bairro que durou até 1970 (Santos, 1985, pp. 8-9).l.

O bairro tem um passado cultural estreitamente ligado ao samba e ao carnaval. Não à toa um dos blocos carnavalescos mais antigos da cidade, o *Bafo da Onça*, surgiu no Catumbi. Entretanto, com as transformações urbanas ocorridas no bairro, o Catumbi foi reduzido a um espaço espremido por túneis e viadutos, e a memória dos -tempos de glória ficou apenas na lembrança. Em geral, o bairro é lembrado apenas na época do carnaval por conta do Sambódromo que está localizado na sua região. O termo ‖bairro de passagem‗ tornou-se uma referência comum ao Catumbi, pelos seus moradores, que percebem a situação atual do bairro.

Figura 21: Imagem do bairro do Catumbi, 1967.

Na Figura ao lado, a imagem do bairro do Catumbi cheio de faixas feitas pelos seus moradores, contra a desapropriação das moradias e estabelecimentos do bairro, em 1967.



http://saudadesdoriodoluizd.blogspot.com.br/2017_06_25_archive.html

O povo ilustrando a cidade com as suas alegorias

O Bafo da Onça desfilando pelas ruas do centro do Rio.

Um dos mais emblemáticos fundadores do bloco, Bafo da Onça, Seu Tião Maria, costumava desfilando vestido de onça pelas ruas da cidade, durante o Carnaval. Daí se derivou o nome do bloco: o bafo da Onça!

Figura 22: Imagem do desfile do Bafo da Onça.



<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/fotos/2012/02/veja-imagens-historicas-do-bafo-da-onca.html>

O Bafo da Onça é uma das primeiras agremiações de bloco de rua da cidade do Rio de Janeiro. O carnaval carioca possui uma longa história que transpassa décadas. Os ranchos, os entrudos, os bailes carnavalescos e os dorsos fizeram parte do passado dessa folia. Entretanto, as divisões sociais também sempre fizeram parte do cenário urbano. As classes mais abastadas desfilavam nos corsos pelas avenidas da cidade exibindo seus carros, esbanjando glamour, confetes e serpentinas, e nos grandes salões de clubes refinados onde circulavam figuras da alta sociedade. A população menos privilegiada exibia suas fantasias nos ranchos e entrudos populares espalhados pelas ruas do Rio.

Na década de 1950, surge no bairro do catumbi, no Rio de Janeiro, o bloco Bafo da Onça. Em pouco tempo a agremiação carnavalesca tomou conta do carnaval da cidade desfilando pelas ruas do centro e disputando na batalha de confetes e serpentinas com o seu bloco –rival Cacique de Ramos. Esse costume tornou-se uma espécie de rito do carnaval carioca. Todavia, infelizmente, com as desapropriações ocorridas no catumbi, onde está localizada a sede do bloco, muitos dos seus componentes e integrantes da organização do bloco foram removidos do bairro e tiveram que arrumar a sua vida até mesmo em lugares mais distantes. Aos poucos o bloco foi perdendo a sua força, até que na década de 1980 a sede original do Bafo da Onça foi demolida para que fosse erguido o Sambódromo. O bloco resiste até hoje, muito embora não alcançando as mesmas proporções do passado.

DIREITO À CIDADE



Direito à cidade e direito à moradia

O estatuto da cidade que regulamenta o tópico da política urbana contido na Constituição brasileira foi fundado em 2001. Sua finalidade é instituir o planejamento participativo e a função social da cidade. Seguindo o contexto das reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, abaixo segue fragmentos de uma matéria que trata das questões do direito à cidade e à moradia:

-Em 8 de abril é celebrado o Dia Nacional de Luta pelo Direito à Cidade e à Moradia Digna. A data dá visibilidade aos conflitos fundiários que se multiplicam pelo Brasil e à crescente segregação socioeconômica e cultural em nossas cidades.

O conceito de Direito à cidade é um conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro *‘Le droit à la ville’*, de 1968 . Na publicação, ele se refere à *‘tragédia dos banlieusards’*, pessoas forçadas a viver em guetos residenciais longe do centro da cidade, e define o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade.

(...)

Erminia Maricato, professora nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e da Unicamp, explica que a ocupação do espaço urbano é alvo de uma eterna luta de classes dentro das cidades. _Historicamente, as populações menos favorecidas ocupam as periferias das cidades, onde o direito à cidade é mais negligenciado, pois falta, na maior parte das vezes, infraestrutura e urbanização_, esclarece. (...)

Da mesma forma, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik lembra que existe um fenômeno global de apropriação de terras ganhando espaço, com terras sendo tomadas para servirem de suporte para mercados financeiros e o acúmulo de capital. _Isso é um processo global. Está acontecendo em todo lugar_, enfatiza „Nós estamos falando de um processo de ocupação do espaço e de construção do espaço que não tem nada a ver com a necessidade das pessoas. Que não tem nada a ver com o que as pessoas precisam para viver individualmente e coletivamente, com as necessidades de moradia, com as necessidades de uso dos espaços públicos, com as necessidades das atividades econômicas. Tem a ver única e exclusivamente com as oportunidades de capturar mais lugares onde o capital financeiro pode encontrar maneiras de investir para poder gerar mais rentabilidade para si mesmo_, pontua.

No Brasil, o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece princípios básicos de planejamento participativo e a função social da propriedade. Além de definir uma nova regulamentação para o parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano, o estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo de até 15% para terrenos ociosos. No entanto, a lei tem ficado restrita ao papel.¶

*****Texto extraído de: <http://www.mobilizadores.org.br/noticias/um-dia-para-refletir-sobre-o-direito-a-cidade-e-a-moradia-digna/>*****

O texto acima nos mostra que a questão urbana, o direito à moradia, e o direito à cidade, são aspectos que tangem a comunidade global. O processo de transformação das cidades em mercadoria interfere diretamente na disputa pelo solo urbano. E nesse embate, grandes empresas ligadas a construção civil e ao mercado imobiliário se aliam ao Estado em busca de garantirem privilégios e beneficiamentos dentro dessa disputa. E do outro lado encontra-se a população: as classes médias e pobres que buscam um espaço para constituírem suas vidas. Dentro desse embate o lado mais fraco é, sem dúvida, o da maioria da população que têm de lutar para conseguir uma porção desse

solo urbano. Neste contexto, a população mais precarizada tende a construir suas moradias nos espaços que –sobraml aos olhos das grandes empreiteiras e do mercado imobiliário. Todavia, estas pessoas se arriscam em terrenos hostis, sem saneamento básico, carentes de infraestrutura, e de transportes públicos. Essa é uma realidade que atinge não apenas as cidades brasileiras, porém ocorre no mundo inteiro.

Nas últimas décadas temos visto muitos movimentos espalhados por diversos lugares do mundo, que reivindicam o direito à cidade. Porém esse direito à cidade engloba também o direito à moradia, à mobilidade, e ao direito de usufruir de infraestruturas dignas como redes de esgoto e tratamento de água, transporte público de qualidade, hospitais, escolas e espaços de lazer.

Figura 23: Membros do Centro de Trabalhadores de Miami.



Fonte:

<http://www.peoplestribune.org/PT.2007.08/PT.2007.08.8.html>

Membros do Centro de Trabalhadores de Miami, marchando a favor dos direitos humanos, do direito, à cidade, à moradia e a democracia. Em Junho de 2007.

A Renúncia de Jânio e a turbulenta posse de João Goulart.

A posse de João Goulart à república representava para o setor conservador uma ameaça aos seus interesses políticos, devido à aproximação de Jango com alguns setores da esquerda. A fim de impedirem a posse do vice de Jânio Quadros, após a sua renúncia, militares conservadores se organizaram e um manifesto foi redigido contendo acusações ao vice-presidente como a de ligações com o Comunismo. Contudo, um movimento em defesa da legalidade, liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, garantiu a posse de Jango. O movimento contou com o apoio de intelectuais, de parte da classe média e, de militares legalistas. Todavia, a participação do II exército, com sede no Rio grande do Sul, foi essencial ao sucesso de movimento.

O Congresso propôs a aprovação de uma emenda constitucional estabelecendo o parlamentarismo, após a posse de João Goulart, limitando os poderes do presidente. O modelo parlamentarista consiste na figura do presidente como chefe de Estado, exercendo apenas funções representativas como, por exemplo, a representação do país diante de outras nações. As funções referentes à governança do Estado ficam a cargo do primeiro-ministro. O primeiro-ministro escolhido para governar o país foi Tancredo Neves, do PSD, partido de coligação da chapa de Jango.

A emenda constitucional determinava a realização de um plebiscito para 1965, quando a população deveria escolher entre o regime parlamentarista e o presidencialismo. Este último se refere ao regime no qual o presidente assume as funções de chefe de Estado assim como também a de chefe de governo.

Em 1962, Tancredo Neves renunciou o cargo de primeiro-ministro devido à dificuldade de conduzir uma conciliação no seu governo. Nesse cenário de instabilidade política, tensões sociais foram deflagraram na sociedade. A Central Nacional dos Trabalhadores (CNT) declarou greve geral conseguindo paralisar os transportes das principais cidades. Parte da população atingida com o aumento dos preços realizou saques a armazéns. A situação política, econômica e social estava crítica.

Em meio a essas turbulências, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963. O presidencialismo ganhou em disparada. Finalmente, João Goulart assumiu a presidência com plenos poderes.

O governo de Jango

Durante sua campanha política, João Goulart defendeu a realização das chamadas Reformas de Base. Essas reformas consistiam em um conjunto de medidas administrativas e políticas que propunham profundas transformações em diversos setores da sociedade brasileira, como o bancário, o urbano, o fiscal, e o agrário. As reformas no setor agrário e na política causaram as maiores polêmicas. No âmbito político a reforma propunha estender o direito ao voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas. No setor agrário a reforma defendia a redistribuição de terras no Brasil. Essa questão gerou um descontentamento muito grande das elites rurais, a classe que engloba os grandes donos de terra do Brasil. Desde os tempos mais remotos, possuir muitas terras significa poder e privilégio. Desse modo, a possibilidade de implantação dessa medida foi duramente contestada e combatida pelas camadas que são beneficiadas com a distribuição desigual.

O Congresso se negava a aprovar a reforma agrária. Nesse momento, a insatisfação dos militares conservadores só aumentava, e havia um agravante, eles passavam a contar com um maior apoio por parte dos partidos, inclusive de parlamentares do PSD, partido aliado do governo, e de certas camadas da sociedade. Os grupos de esquerda também não estavam satisfeitos com os rumos do governo, muito embora esses grupos houvessem apostado suas fichas no governo de Jango, a falta de resultados concretos desagradava às organizações de esquerda.

João Goulart encontrava-se cercado tanto pela direita, tendo a UDN como grande representante dessa oposição, porém também, pelos setores da esquerda, representados pela UNE, CGT e o PCB. Diante desse quadro, Jango era obrigado a escolher um dos lados políticos, a neutralidade não era uma opção. A opção do presidente se deu pela esquerda. A defesa das Reformas de Base era pauta defendida por políticos com Leonel Brizola e Miguel Arraes. Neste sentido comícios foram realizados em prol dessas Reformas.

O primeiro comício a favor das Reformas de Base foi realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil. No palanque, João Goulart assinou dois decretos: um era referente à nacionalização das refinarias de petróleo particulares, garantido o monopólio de exploração à Petrobrás, o outro autorizava a desapropriação de terras com mais de 100 hectares, localizadas na faixa de 10 quilômetros à margem de rodovias e ferrovias nacionais.

Figura 24: Cartazes no comício a favor das Reformas de Base, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13/03/1964.



Fonte: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/>

Alguns setores conservadores da sociedade com medo do avanço da esquerda e da suposta associação do presidente com o Comunismo, apoiaram os militares que desejavam instaurar uma ditadura militar no Brasil. Em 19 de março do ano de 1964, uma passeata intitulada Marcha da Família com Deus pela Liberdade tomou as ruas de São Paulo, com o apoio de igreja católica, do governo paulista e da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Figura 25: Mulheres na marcha da família com Deus pela liberdade, em São Paulo. 1964.



Fonte: <https://jornalismoibmec.wordpress.com/2014/04/23/a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>

A marcha da família com Deus pela liberdade, ocorrida em São Paulo em 1964, reivindicava a liberdade, a moralidade da família cristã e a democracia contra o suposto alinhamento ao comunismo do presidente João Goulart.

A época que antecedeu o golpe militar foi marcada pela turbulência dos acontecimentos. O estopim que levou à instauração da ditadura militar no Brasil está relacionado à comemoração da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais que se reuniu para comemorar o seu segundo aniversário. Porém, tal comemoração havia sido proibida pelo alto comando da Marinha. Sendo assim, o líder desse ato, o cabo José Anselmo, foi preso conforme a ordenação do ministro da Marinha. Entretanto, o presidente João Goulart, solidário aos marinheiros, demitiu o ministro que determinou a prisão do cabo. Dessa forma, José Anselmo foi absolvido.

Jango compareceu à reunião de sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março de 1964, e proferiu discurso, que foi televisionado, criticando a postura dos militares. Depois das declarações do presidente, o general Olímpio Mourão Filho, comandante do IV Exército de Minas Gerais, começou a agitar as tropas militares do país para o estabelecimento do golpe. Apoiado pelo governador de Minas, Magalhães Pinto, Olímpio Mourão se dirigiu ao Rio de Janeiro, junto de sua tropa.

Leonel Brizola tentou convencer Jango a resistir ao golpe, com o apoio do II Exército. Porém, a tentativa foi em vão. Na noite de 1º de abril de 1964 o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, decretou vaga a presidência da República. Desta maneira, o golpe se concretizou com o consentimento de alguns setores da sociedade civil, como o empresariado.



A manchete do jornal enfatiza a posse do primeiro presidente da ditadura como um motivo de comemoração. É possível relacionar a manchete com parte da população que acreditou que a ditadura era necessária. Entretanto, houve outros grupos dessa mesma sociedade que não apoiaram e resistiram ao longo da ditadura.

Fonte:
<https://jornalggn.com.br/noticia/a-quartelada-de-15-de-novembro-de-1889>

Tanques posicionados nas proximidades da residência de Jango, 1964.



Fonte: <https://noticias.r7.com/brasil/excessos-da-policia-e-corrupcao-sao-legados-da-ditadura-dizem-especialistas-01042017>

O Χινεμα Νοπο

O Cinema Novo consistiu em um movimento cinematográfico que surgiu no Brasil em meados da década de 1950, porém adquire maior força nas décadas de 1960. Este movimento provocou mudanças na indústria cinematográfica brasileira, trazendo uma visão crítica a tudo que até então havia sido produzido por estúdios brasileiros, com o da Vera Cruz, uma das principais indústrias de filmes no Brasil à época. O Cinema Novo teve influências do Neo-realismo italiano e buscou retratar a realidade política, cultural e a desigualdade social no Brasil.

Um dos cineastas que mais se destacou nesse movimento foi Glauber Rocha. Jovem diretor com visão inovadora ficou consagrado por obras como -Deus e o Diabo na terra do Sol e -Terra em Transil, ambos os filmes da década de 1960, estreados no início do governo ditatorial.

Figura 28: -Deus e o Diabo na Terra do Soll



Fonte: <https://revistamoviment.net/deus-e-o-diabo-na-terra-do-soll-de-glauber-rocha-cb867c899072>

—Deus e o Diabo na Terra do Soll é um Filme de
Glauber Rocha, no elenco: Geraldo Del Rey, Yoná
Magalhães, Othon Bastos e Maurício do Valle. 1964.

Figura 29: -Terra em Transe.l.



Fonte: Fonte da imagem: <https://filmow.com/terra-em-transe-t6314/>

Filme de Glauber Rocha, com Paulo Autran e Jardel Filho, José Lewgoy e Glauce Rocha. 1967. Este filme serviu de inspiração para o movimento tropicalista que surge na década de 1970, onde jovens artistas, como Caetano Veloso, através da arte manifestavam suas liberdades e criticavam os padrões sociais.

PROPOSTA DE ATIVIDADE BIMESTRAL

Investigando a Cidade

Os seres humanos se relacionam com a cidade, pois se movimentam dentro dela, através das relações que mantêm com os espaços a onde estão inseridos. Nas suas rotinas diárias, as pessoas transitam pela cidade, seja a trabalho ou a lazer. Tendo em vista isto, propomos uma atividade interdisciplinar com as matérias de Geografia e Sociologia a ser realizada ao longo de um bimestre.

O enfoque da atividade é a análise da cidade, levando em consideração todos os componentes de um espaço, ou seja, os aspectos físicos: tudo aquilo que se encontra fixo na paisagem, a natureza e as construções materiais – prédios, casas, túneis, viadutos, lojas, empresas, praças, e os elementos que transitam na paisagem urbana: as pessoas e as relações que elas constituem no espaço - entre si e com a própria paisagem. A atividade consistirá na investigação do espaço urbano tendo em vista as transformações urbanísticas sofridas ao longo do tempo: modificações na paisagem - tanto nos aspectos físicos quanto nas relações sociais: - na interação das pessoas com espaço. Para isto, é necessário que os professores estabeleçam um corte cronológico para viabilizar a pesquisa.

Para esta atividade os estudantes se dividirão em grupos e cada qual ficará responsável por abordar um determinado período da república. O objetivo é analisar as transformações físicas e sociais de uma determinada cidade, focando especialmente em bairros que sofreram transformações urbanísticas ao longo dos processos de reformas urbanas no período republicano, dentro do corte cronológico estabelecido pelos professores. A cidade em questão trata-se da cidade a qual os estudantes e docentes estão inseridos. O material a ser pesquisado pode ser documentos, fotografias, mapas, músicas, entrevistas com moradores dos bairros e artigos que envolvem o tema referente ao espaço urbano de determinada localidade. Poderão ser elaborados cartazes, vídeos entre outros materiais.

No final do bimestre os trabalhos realizados por cada grupo serão apresentados às turmas e poderão ser expostos no ambiente escolar. Também poderá ser feito um seminário para que cada turma possa apresentar o produto de seus trabalhos à comunidade escolar

7. Considerações Finais:

Hobsbawm em a *Era dos Extremos* atenta para o fato dos jovens hoje crescerem – numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação com o passado público da época em que vivem. (HOBSBAWN, 1995, p. 13). Os historiadores possuem um desafio muito grande em tratar do passado na sala de aula de forma que os estudantes despertem o interesse por algo que a princípio parece estar completamente distante da sua realidade, e das suas experiências de vida. Contudo, é necessário que os professores tenham a preocupação de observar e compreender as realidades sociais nas quais estes estudantes estão inseridos.

Ana Maria Monteiro em *Ensino de história: entre história e memória* critica a abordagem dada à História do Brasil ao longo do século XIX até o século XX, e neste quadro a autora menciona que o Ensino de História contribuiu para a representação do Brasil como uma –nação homogênea e sem contradições, herdeira e representante da civilização ocidental europeia na América do Sul. (MONTEIRO, p. 17).

Nesses esforços de colocar o Brasil no patamar das nações europeias foi constituída uma história oficial comprometida com a manutenção do *status quo* das elites dominantes e, desinteressada em representar os demais sujeitos históricos, a exemplo disso pode-se observar os monumentos e memoriais de heróis nacionais que foram construídos nesta circunstância de perpetuar uma história nacional voltada para os grupos relacionados ao poder.

A chamada história oficial, divulgada como fator de coesão, foi bem sucedida, do ponto de vista da educação escolar, enquanto a maioria dos membros das classes populares estiveram fora das escolas. (...) A partir dos anos 1970, ocorreu a ampliação do acesso de crianças e jovens das camadas populares às escolas. As dificuldades são identificadas, inicialmente, como provenientes de um déficit cultural. Este diagnóstico, já muito criticado, transformava a questão da diferença em déficit, como se houvesse um padrão único cultural o qual todos teriam acesso. Hoje podemos indagar se estas dificuldades, no caso da história, não eram decorrentes, também do não reconhecimento e identificação, por parte deles, com uma versão da história ensinada, na qual seus grupos eram ignorados ou apresentados em apenas alguns momentos da história, como subalternos ou inimigos, excluídos de forma drástica do processo de formação da nação. (MONTEIRO, p. 18).

O trecho acima aponta para questões muito importantes na compreensão do processo de educação escolar no Brasil. Levando para o âmbito da história é ainda mais gritante a percepção do quanto os alunos e alunas muitas vezes estranham os conteúdos trabalhados e apresentam resistência a eles, pelo fato de não se identificarem com a história que lhes é ensinada. Tendo em vista estas constatações, o Ensino de História, enfatizando aqui a educação básica, enfrenta desafios grandiosos no que se refere à escolha dos conteúdos trabalhados em sala de aula e a abordagem destes conteúdos perante os alunos e alunas.

Outra questão que deve ser enfatizada é a relação entre educadores e educandos, muito embora tenha havido mudanças nesses padrões relacionais constituídos há séculos atrás, ainda hoje é possível afirmar que esta relação parte do pressuposto que os estudantes são meros receptores de informações e os professores são os detentores do conhecimento. Esta concepção ainda muito disseminada contribui largamente para o desinteresse dos estudantes na aprendizagem escolar.

Todavia, como já foi dito anteriormente, muitos avanços ocorreram, principalmente, após a redemocratização brasileira. Os esforços empenhados pelos grupos sociais vêm contribuindo para a formação crítica e cidadã dos estudantes. O desafio é grande, ainda há muito que caminhar, porém muitos trabalhos têm sido realizados neste sentido. Entretanto, é imprescindível o compromisso dos docentes em desenvolver um Ensino de História capaz de afetar os alunos e alunas, estimulando a consciência histórica desses estudantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- BAROM, W; CERRI, L. F. A Teoria da História de Jörn Rüsen entre a Modernidade e a Pós-modernidade: uma contribuição à didática da história. *Educ. Real*, v. 37, n. 3. Porto Alegre: 2012, p. 991-1008.
- CERRI, L. F. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BITTENCOURT, C. (2005). **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez.
- BRAICK, P. R. & MOTA, M. B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. – 2ª Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.
- CAMPOS, F. de & CLARO, R. & DOLHNIKOFF, M. **História nos dias de hoje**, 9º ano – 2ª Ed. – São Paulo: Leya, 2015.
- CANDAU, V. M. (s.d.). **Educação em direitos humanos: desafios atuais. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**, PP. 397-412.
- CARVALHO, R. P. Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, saberes e práticas docentes. *Tempo e argumento*. Florianópolis, v. 42, nº 2 p. 44-48, 2012.
- CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2011.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EDUCAÇÃO, M. d. (2007). **Parâmetros Curriculares Nacionais. Objetivos gerais do ensino fundamental**. Brasília, Brasília, Brasil.
- FONSECA, S. A História na educação básica: conteúdos, abordagens e metodologias. In: *Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte: Novembro de 2010. PP 1-13.
- GARCIA, T. M. F. B. **O uso do livro didático em algumas aulas de história no ensino fundamental**. Paraná: 2007.
- GUIMARÃES, S. F. A História na Educação Básica: conteúdos, abordagens e metodologias. In: *Anais do I Seminário Nacional. Currículo em Movimento –*

Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**. O breve século XX. 1917-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 13.

JÚNIOR, A. B. **História sociedade & cidadania**: 3º ano - 1ª Ed.- São Paulo: FTD, 2013.

MATOS, J. S. Os Livros didáticos como produto para o Ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. *Historiae*. Rio Grande do Sul, pp. 165-184, 2012.

MATOS, M. Catumbi, um bairro do tempo do império. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Turismo, 2005.

MIRANDA, S. R., & LUCA T. R. d. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 24, n48º, p. 123-144 – 2004.

MEC. Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático. Brasília, Brasília, Brasil, 2017.

MELLO, M. A. d. S.; VEIGA, F. B. Os Ciganos do Catumbi: de —andadores do Reil e comerciantes de escravos a oficiais na cidade do Rio de Janeiro. *Cidades: comunidades e territórios*, LISBOA: CET-ISCTE, v. 18, 2009, PP.79-92.

MENDONÇA, S, R, de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MESQUITA, C.B. **Memória viva de um bairro que resiste: reflexos da obsolescência na APAC da Cidade Nova e adjacências**. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=78450>. Acesso em: 20/09/2017.

Ministério da Educação (MEC). Brasil. PNLD 2017: **história - Ensino fundamental anos finais**/Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016. 140 p.140.

MONTEIRO, A. M. Ensino de História: Entre História e Memória. Artigo encontrado em <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>.

NIKITIUK, S. (Org.). **Repensando o Ensino de História**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.

NUNES, G. Catumbi: **A rebelião de um povo traído**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

OAKIM, J.; RODRIGUES, A. E. As Reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol.18, n.1, p. 19-53, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA. M. M. D. de. **História : ensino fundamental**. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 212 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 21).

- OBSERVATORIO GEOGRÁFICO DE AMÉRICA LATINA.** Lapa e Catumbi: História de geografias que se inter cruzam na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro como —lugares do espetáculo". Disponível <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/GeografiahistoricaehistoriadelaGeografia/10.pdf>>. Acesso em: 15/09/2017.
- PECHMAN, R. M. 9 Cenas, algumas obs-cenas, da Rua. *Fractal - Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, vol.21, n. 2, pp. 351-368, mai./ago. 2009.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1989.
- REZENDE, V. L. F. M. Planos, regulação urbanística e intervenções no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade. **III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**, 2014. São Paulo, *Anais...* São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014.
- SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.
- VICENTINO, C. & VICENTINO, B. **Projeto mosaico: anos finais: ensino fundamental -1ª Ed.** – São Paulo: Scipione, 2015.

Sites Consultados:

- <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/os-anos-dourados-dos-concursos-de-miss-9070673> - Acessado em 10/01/2018.
- <https://allthecars.wordpress.com/2012/03/28/vw-celebra-59-anos-de-brasil/> - Acessado em 10/01/2018.
- <http://www.imortaisdofutebol.com/2012/04/07/selecoes-imortais-brasil-1958-1962/>
- <http://www.anf.org.br/a-cultura-da-censura/> - Acessado em 10/01/2018.
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/30360-obra-compara-a-maratonista-pais-em-desenvolvimento.shtml> - Acessado em 10/01/2018.
- <http://www.zuccaratto.jor.br/blogs/carro-e-cia/general-motors-completa-seus-primeiros-90-anos-no-brasil-com-trajetoria-de-sucessos/> - Acessado em 10/01/2018.

http://www.brasil.gov.br/governo/2010/04/a-chegadados-candangos/ArPDF_093_Candangos_na_Praça_dos_3 - Acessado em 10/01/2018.

<http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/07/arno-casamento-anos-50.html>
Acessado em 10/01/2018.

<https://br.pinterest.com/pin/432978951652935826/?lp=true> – Acessado em 10/01/2018

<https://www.vidapoescrito.com/fotos-de-carolina-maria-de-jesus> - Acessado em 10/01/2018.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950> - Acessado em 10/01/2018.

<http://mercuriofilmes.blogspot.com.br/2009/10/o-inicio-da-tv.html> Acessado em 10/01/2018.

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/chanchadas-cinema-brasileiro/53249>. – Acessado em 30/11/2017.

<http://sesc-mt.blogspot.com.br/2013/05/as-chanchadas-brasileiras.html> - Acessado em 30/11/2017.

<https://educacao.uol.com.br/biografias/chacrinha.htm> - Acessado em 30/11/2017.

<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/destaque/2017/07/ha-50-anos-estreava-na-globo-a-discoteca-do-chacrinha> - Acessado em 30/11/2017.

<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/silas-de-oliveira-autor-de-aquarela-brasileira-um-dos-bambas-do-samba-20208211> - Acessado em 30/11/2017.

<http://tropicalia.com.br/ilumencarnados-seres/biografias/nara-leao> - Acessado em 28/11/2017.

<http://brasilecola.uol.com.br/artes/bossa-nova.htm> - Acessado em 28/11/2017.

<http://memorialdademocracia.com.br/card/vidas-secas-retrata-a-miseria-nordestina> - Acessado em 28/11/2017.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentosSociaisCampo> - Acessado em 25/11/2017.

<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/agronegocio-nao-garante-seguranca-alimentar> - Acessado em 10/01/2018.

<https://pedraambiental.com/2017/02/01/ministerio-nao-revela-lista-contratado-trabalho-escravo-no-brasil-porque-geraria-desemprego/> - Acessado em 10/01/2018.

<http://direitocivilemdebate.blogspot.com.br/2010/10/o-contrato-de-empregada-e-escravidao.html> - Acessado em 10/01/2018.

<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,janio-quadros,558,0.htm> –

Acessado em 10/01/2018.

<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/janio-quadros-quis-varrer-do-pais-brigas-de-galo-corridas-de-cavalo-biquinis-19326640> - Acessado em 10/01/2017.

http://saudadesdoriadoluzd.blogspot.com.br/2017_06_25_archive.html - Acessado em 28/12/2017.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/fotos/2012/02/veja-imagens-historicas-do-bafo-da-onca.html> - Acessado em 10/01/2018.

<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/um-dia-para-refletir-sobre-o-direito-a-cidade-e-a-moradia-digna/> - Acessado em 28/12/2017.

<http://www.peopletribune.org/PT.2007.08/PT.2007.08.8.html>. - Acessado em 10/01/2018.

<http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/> - Acessado em 28/12/2017.

<https://jornalismoibmec.wordpress.com/2014/04/23/a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/> - Acessado em 10/01/2018.

<https://jornalggn.com.br/noticia/a-quartelada-de-15-de-novembro-de-1889>

<https://noticias.r7.com/brasil/excessos-da-policia-e-corrupcao-sao-legados-da-ditadura-dizem-especialistas-01042017> - Acessado em 10/01/2018.

<https://revistamoviemment.net/deus-e-o-diabo-na-terra-do-sol-de-glauber-rocha-cb867c899072> - Acessado em 28/12/2017.

<https://filmow.com/terra-em-transe-t6314/> - Acessado em 28/12/2017.

<http://tropicalia.com.br/ruidos-pulsativos/geleia-geral/cinema-novo> - Acessado em 28/12/2017.

<http://reporterbrasil.org.br/2006/07/desmatamento-e-poluicao-seguem-o-rastro-do-agronegocio/> - Acessado em 17/10/2017.

<http://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/> - Acessado em 17/10/2017.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/quase-46-milhoes-vivem-regime-de-escravidao-no-mundo-diz-relatorio.html> - Acessado em 15/10/2017. - Acessado em 17/10/2017.

<https://www.ac24horas.com/2017/06/08/operacoes-contratrabalho-escravo-resgataram-213-pessoas-no-acre/> - Acessado em 18/10/2017.

<https://educacao.uol.com.br/biografias/chacrinha.htm> - Acessado em 29/10/2017.

<https://decadade50.blogspot.com.br/2006/09/destaques-no-cenrio-musical-parte-1.html> - Acessado em 29/10/2017.

<https://www.geledes.org.br/silas-de-oliveira-o-compositor-de-alguns-dos-mais-belos-sambas-enredo-de-todos-os-tempos/> - Acessado em 16/11/2017.

<http://www.tvsinopse.kinghost.net/art/n/nara-leao.htm> - Acessado em 21/11/2017

<http://www.naraleao.com.br/index.php?p=cronologia> Acessado em 23/11/2017.

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterio/episodio/historia-do-bafo-da-onca-vira-gibi->
Acessado em 10/01/2018.

<http://rioonwatch.org.br/?p=7921> - Acessado em 23/11/2017.

<https://diariodeumafavelada.wordpress.com/2013/10/15/morando-em-uma-favela-4/> -
Acessado em 23/11/2017.

<http://polis.org.br/noticias/david-harvey-a-luta-pelo-direito-a-cidade-e-uma-luta-contra-o-capitalismo/> - Acessado em 24/11/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas> -
Acessado em 24/11/2017.